

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

AUDIÊNCIA PÚBLICA 25AGO2011

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Luís Espíndola Lopes): Senhoras e senhores, boa-noite. Esta audiência pública tem como objetivo debater o tema: diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à Lesbofobia, Transfobia e Homofobia. Passamos à leitura do Edital: (Lê): “A Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, comunica à comunidade porto-alegrense a realização de Audiência Pública, no dia 25 de agosto de 2011, às 19h, no Plenário Otávio Rocha da Câmara Municipal de Porto Alegre, sita na Avenida Loureiro da Silva, nº 255, Centro, com o objetivo de debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, à transfobia e à homofobia. Gabinete da Presidência, 08 de agosto de 2011. Vereadora Sofia Cavedon, Presidente”.

Convidamos a compor à Mesa desta audiência: a Ver.^a Sofia Cavedon, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre; a Dra. Jimena Furlani, professora, doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2005, na linha de pesquisas de relações de gênero, sexualidade e educação, sob orientação da Dra. Guacira Lopes Louro, professora, Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina, em 1993, com dissertação voltada à temática da formação de educadores e educadoras, na linha de pesquisa de educação e ciência, orientação; a Sra. Claudia Penalvo, representante do SOMOS; a Sra. Ana Naiara Malavolta, representante da Liga Brasileira de Lésbicas; Sra. Eloá Muniz, representante da Dra. Maria Berenice Dias; a Sra. Carla Zitto, representante da FASC; a Sra. Rissandra Oliveira de Menezes, representante da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul. Prestigiam esta solenidade a Ver.^a Maria Celeste, Presidente da CEDECONDH; senhoras e senhores membros e representantes do Núcleo de Diversidades do PMDB; senhoras e senhores membros e representantes das diversas entidades de diversidade sexual.

A Ver.^a Sofia Cavedon, Presidente desta audiência pública, está com a palavra.

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Boa-noite a todos e a todas, melhor a todas e a todos, para a nossa Casa é muito importante estar realizando uma audiência pública com este eixo, com este tema do enfrentamento e do desvelamento, porque, pelos debates que temos feito, estamos convencidas – não é, Ver.^a Maria Celeste – que ainda é preciso desvelar a discriminação existente na sociedade, a violência que é voltada para quem escolhe a sua identidade e não a dita normalidade. E, portanto, formalmente, através de audiência pública fazer a escuta dos movimentos sociais e construir compromissos e encaminhamentos sobre o tema. Nós também estamos felizes por fazer parte desta audiência pública da 3ª Jornada Lésbica Feminista e compor a 5ª Marcha Lésbica de Porto Alegre.

A nossa Câmara, na pessoa da Presidente da CEDECONDH, Comissão de Direitos Humanos, o grupo da CEDECONDH tem recebido pautas que demonstram a necessidade deste debate. Nós estamos com a campanha – Ver.^a Maria Celeste, não estamos com o adesivo aqui, hoje, do 150% contra a qualquer discriminação – de valorização do artigo da nossa Lei Orgânica, que pune estabelecimentos que permitam a discriminação em função da manifestação sexual.

Eu quero cumprimentar a Dra. Jimena Furlani, agradecer por sua disponibilidade de estar conosco, foi uma construção, foi uma sugestão das gurias, quando eu provocava que era importante que nós também trouxéssemos uma fala de fora para fazer o aprofundamento desses debates. Então, na sua pessoa, Jimena, eu quero cumprimentar as representantes de todas as instituições que compõem aqui a Mesa.

Vamos combinar a nossa dinâmica: eu penso que uma fala da Dra. Jimena Furlani e, depois, nós fazemos um encadeamento de falas, já combinando com as falas do Plenário. As inscrições podem ser feitas com a Valeska, assessora da Diretoria Legislativa, e o pessoal da Mesa se inscreve também, e nós vamos intercalando, para não ficar uma grande fala das pessoas que compõem a Mesa e só depois ouvir o público, ficando assim mais circular a nossa conversa.

Quero convidar o Mário de Azambuja, que é da Coordenação de Direitos Humanos da Prefeitura, para compor a Mesa conosco, pedindo escusas por não fazê-lo antes.

Com a palavra a Dra. Jimena Furlani.

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

A SRA. JIMENA FURLANI: Boa-noite a todos e a todas, desculpe alterar o mecanismo de funcionamento da Casa, é que eu terei que coordenar a apresentação. Então, eu sou professora da Universidade de Santa Catarina, morei aqui, em Porto Alegre, durante dois anos, no tempo em que fiz doutorado, gosto muito desta Cidade, para mim é uma honra de ter tido esta oportunidade de ser convidada para desenvolver com vocês algumas ideias com relação ao tema desta audiência pública, em que vou fazer alguma disposição de entendimento histórico do que o País tem vivido nos últimos anos e por que hoje é possível esta audiência pública aqui, na Câmara Municipal de Porto Alegre, discutindo lesbofobia, transfobia e homofobia. E apresentar, no meu modo de ver, seis ações, seis possibilidades de enfrentamento tanto da sociedade civil, quanto dos poderes públicos para esta questão.

Eu sou professora, sou educadora da Universidade, estou ligada a esses núcleos de estudos e pesquisas, ao laboratório de estudos de gênero e família, ao núcleo de estudos dos afro-brasileiros e continuo uma ligação com o Grupo de Estudos de Educação e Relação de Gênero, o GEERGE, daqui, da UFRGS, onde, nós últimos 18 anos eu tenho, então, articulado no meu trabalho de formação de professores e professoras de todos os níveis da escolarização brasileira: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, ensino universitário, profissionais da saúde, da educação. Tenho articulado a importância das identidades sexuais, de gênero, raça e etnia na vida das pessoas, além, é claro, de todas outras identidades que nos constituem.

Então, só quero pensar um pouquinho com vocês, quando a gente fala da história do tempo presente. As pessoas, normalmente, quando se fala da história, costumam ler livros históricos e ver o que aconteceu e, para nós, é algo muito distante, é algo que sempre a gente toma conhecimento. Raramente a gente pensa que cada um de nós é agente histórico. Nós, que estamos vivendo o século XX e o século XXI, e todas as transformações sociais que tem acontecido nesses dois séculos da nossa existência, mostramos o quanto temos conseguido modificar a sociedade.

Eu diria, então, que hoje em dia, em todos os campos sociais, tem sido muito comum a gente escutar essas expressões: inclusão curricular, formação para a cidadania, promoção da equidade, respeito à diversidade, minimização das desigualdades sociais, construção de uma sociedade igual para todos e todas, pluralidade, parcerias interfaces,

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

redes de solidariedade, perspectiva holística, combate aos estereótipos, diminuição de danos – são só algumas palavras. Eu ainda poderia dizer para vocês que faltou aí, talvez, dizer: extensão de direitos, educação continuada, ação de multiplicadores, aceitação das diferenças, e políticas afirmativas. Todas estas expressões mostram que a história do tempo presente, que está sendo construída por nós, tem um grande desafio: nem todas as pessoas pensam essas temáticas da mesma forma. Algumas pessoas, muito mais facilmente se sensibilizam com esses temas; outras, não querem nem saber, não querem nem ouvir falar.

Algumas pessoas, muito mais facilmente, superam os preconceitos, com os quais foram educadas, mas outras demoram muito, às vezes, terminam a sua existência e elas continuam racistas, sexistas, machistas, homofóbicas, enfim.

No meu entendimento, este momento que vivemos é possível, porque, nos últimos tempos, alguns conceitos tornaram-se importantíssimos na vida social e nas políticas públicas.

O primeiro conceito de nações democráticas e o conceito de cidadania, depois, a questão dos direitos humanos. Nós começamos a pensar que não basta, simplesmente, sermos seres humanos para sermos merecedores de direitos, todos nós somos da mesma espécie: *homo sapiens*. Mas ser humano não é condição para termos direito; alguns têm mais direito do que outros. Sujeito de direito passa a ser um termo bastante presente nesta nossa história, vamos pensar com a infância e com as crianças, elas passaram a ser sujeitos de direito, na década de oitenta, quando tiveram, no Brasil, aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente, que é de 1990, e este termo sujeitos de direito passou a integrar a nossa forma de pensar.

Existência humana também passou a ser uma coisa interessante de nós pensarmos, filosofia. Afinal de contas, do que vale a existência humana para algumas pessoas que, desde o seu nascimento até a sua morte, são só vítimas de preconceito, de exclusão, de sofrimento, de tristeza, de angústia?

E nós vamos perceber que todo este sofrimento existencial está ligado a algum atributo hereditário. Qualidade de vida, outra palavra importante e muito recente. Afinal de contas, o que é ter qualidade de vida? E junto com isso, começamos a falar de violências no plural.

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

A violência não é só aquela violência física, como um soco, um chute, um empurrão. As violências começam a ser físicas, emocionais, morais, simbólicas, psicológicas, sexuais.

O conceito de violência é outro que se aprimora na história do tempo presente.

Outro conceito importante derivado disso é o conceito de doenças sociais, não mais o conceito tradicional da Organização das Nações Unidas, ou da Organização Mundial da Saúde, mas doença passa a ser miséria, preconceitos, fome, stress, aids, alcoolismo, homofobia. Todos esses passam a ser conceitos de doenças sociais.

Outro conceito importante é o de ética social. Afinal de contas, o que é ética? É fazer o bem, muito resumidamente dentro do campo da filosofia. Só que definir um comportamento ético, uma atitude ética, depende dos valores que as pessoas têm.

Outro conceito, multiculturalismo – multiplicidade, pluralidade, diversidade.

Outro conceito que não pode deixar de estar aqui são as políticas afirmativas, extremamente polêmicas, mas que fazem parte dessa história do tempo presente. O conceito de alteridade, que é um conceito que vem da Antropologia. E o que significa alteridade? É eu conseguir me colocar no lugar do outro; e eu conseguir, nesse exercício, entender toda a existência do outro, todas as dificuldades existenciais da outra pessoa, e eu me sensibilizar com isso.

A alteridade não é uma palavra que a gente precisa saber definir; a gente precisa conseguir exercitá-la, colocar-se no lugar do outro.

E, por fim, educação inclusiva, dentro do conceito das sociedades educacionais, e os contextos das instituições educacionais.

Tudo isso para dizer para vocês, e para todas as pessoas que pretendem entender o porquê de políticas públicas voltadas ao reconhecimento de direitos, e ao enfrentamento da lesbofobia, da homofobia, e da transfobia, que essa ideia de respeito às diferenças no século XXI demanda mudanças de paradigmas. Aqui, paradigma é o conceito de Thomas Khun – paradigma, uma grande visão de mundo. Nós temos que mudar a nossa visão de mundo.

E esse respeito às diferenças, eu coloco na educação, e em toda a sociedade, nas instituições sociais. Nós poderíamos ir na palavra sociedade e entender leis, instituições públicas, mídia, igrejas. Está tudo isso dentro da sociedade, e o primeiro passo para isso

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

é entender que nós, seres humanos, somos plurais, muito mais do que nos foi ensinado durante toda a nossa vida.

Então, a diversidade, que é aquilo que é diverso, diferente, variado, múltiplo, é também aquilo que entra em desacordo, é o oposto, é a contradição, é o homem e é a mulher, é o pobre e é o rico, é o branco e o negro, o homossexual e o heterossexual, e olha que só estou aqui falando em oposições binárias, mas a diferença, o que nos foi ensinado, é que além de o outro ser diferente, ele também é valorizadamente definido.

Então, a gente ainda vai contar com as hierarquias sociais. Mas se nós somos todos diferentes, porque algumas pessoas são excluídas? Se fosse assim tão fácil ao ser humano entender que a diferença é dada, que nós somos diferentes. Por que algumas pessoas são vítimas de violência só por que são diferentes? E por que essa diferença, para algumas pessoas, significa desigualdade social, falta de acesso material, falta de bens, falta de direitos, vítimas das mais diversas formas de exclusão. Essa é a pergunta que a gente tem que fazer.

E daí, onde nós vamos parar? Nós vamos parar numa das frases mais ditas em cursos de ciências humanas, seja educação, psicologia, pedagogia, ciências sociais, sociologia, antropologia, que todo conhecimento é construído historicamente, culturalmente e politicamente. Eu quero só chamar a atenção para o que significa dizer que algo é construído na história: é dizer que é num tempo, numa época, num contexto e numa circunstância. E o que quer dizer que algo é construído? Porque alguém inventou, em algum momento, alguém concebeu, alguém criou e alguém ensinou aquilo, aquela informação, aquela verdade, e pessoas apreenderam aquela verdade, aquele conhecimento. E, portanto, a gente também pode dizer que toda informação pode ser modificada, ela pode ser alterada, ela pode ser substituída. E, politicamente, o que significa dizer que um conhecimento é político? Significa dizer que ele se dá em relações de poder, em disputas por significado, em jogos de representação.

Então, na vida em sociedade, nós vamos ter instituições, setores da vida social que vão dizer o que é certo, o que é o errado, o que é o correto e o que é o incorreto.

Bom, se tudo foi assim a vida toda, então a gente pode questionar aquelas verdades que nós aprendemos e que nos tornam, portanto, preconceituosos, machistas, sexcistas, homofóbicos.

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

Todo conhecimento, então, pode ser questionado, todo conhecimento deve ser questionado, porque senão as pessoas não vão deixar de ser preconceituosas.

Então, Michel Foucault vai dizer que todo o discurso é sempre uma categoria reflexiva, uma forma de classificar, definir regras normativas, e por isso a gente pode dizer que na nossa sociedade existem muitos discursos dizendo o que é certo e o que é errado; o discurso científico, médico, religioso, demográfico, governamental jurídico, pedagógico, midiático, machista, homofóbico, racista, feminista. O que eu quero dizer é que nós, seres humanos, não precisamos ter medo de questionar as verdades e as informações, porque para muitas pessoas aceitar a diferença passa necessariamente por questionar tudo o que foi aprendido ao longo de suas vidas. Então, todo o discurso é constituído de enunciados.

E vamos dar um exemplo de um discurso machista. Como nós aprendemos a ser machistas? Alguns enunciados: homem sexo forte, mulher sexo frágil; lugar de mulher é na cozinha; mulher pura tem que casar e se submeter ao macho; mulher no volante perigo constante. Eu estou querendo mostrar para vocês como ocorre o processo educacional, porque esse processo ocorre desde a educação infantil. Educação infantil se dá a crianças de 0 a 5 anos. E quando a gente tem uma criança com 4 aninhos dizendo: “É bicha, bichinha, tem mais é que apedrejar”. A gente não entende como se constituiu, uma criança de 4 anos, com aquele nível de homofobia. Por exemplo, o discurso racista.

Enunciados que nos constituíram, principalmente na nossa cultura brasileira: negro só sobe na vida quando o barraco explode; Fulano tem um pé na cozinha. Ditado do Brasil Império: negra para trabalhar, mulata para foder, branca para casar. No livro de história do Brasil Império. E o Foucault vai dizer que todo o discurso, todo o saber é poder, todo o conhecimento tem poder sobre as pessoas. Então, o que a gente vai perceber é que os significados positivos que nos ensinaram constituíram as identidades, hoje, hegemônicas, aquelas que têm prestígio. E não são poucos os livros que dizem que o sujeito com mais prestígio na sociedade, na história, é o homem branco, heterossexual, cristão, de classe média, ocidental. Isso todo mundo já ouviu. Agora, esse sujeito começou a ser destituído da sua posição somente nos séculos XX e XXI. Então, durante muito tempo, nós ouvimos falar nos excluídos, nos marginais, nas minorias, nos grupos subordinados.

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

A importância dos movimentos sociais, na história do tempo presente, é fundamental na sociedade civil organizada. O diálogo da sociedade com esses movimentos e com a sociedade civil – e aqui entram as universidades, os centros de pesquisa, as ONGs – é fundamental para conseguir manter a oxigenação da sociedade e questionar essas verdades. E principalmente uma sobre a qual precisamos refletir: a existência humana.

Durante muito tempo, nós aprendemos, numa sociedade capitalista, com uma influência muito grande do marxismo, principalmente na década de 70, que somos ou trabalhadores ou patrões. A classe social sempre foi uma categoria central nos discursos políticos, de Partidos políticos, de mudanças sociais. Além da classe social, temos uma origem, uma religião, temos uma condição física e pertencemos a uma geração, ou seja, somos crianças, adolescentes, jovens ou adultos. Esses são aspectos que nos constituem e que precisam ser respeitados como qualquer outro. Agora, precisamos também ter claro que, para a existência humana, existem outras identidades igualmente importantes: o gênero ou identidade de gênero; a sexualidade, que cada um de nós tem – e a orientação heterossexual é uma a ser respeitada; todo heterossexual, homem ou mulher, tem a sua identidade de gênero que precisa ser respeitada –, sexo, etnia e raça.

As pessoas normalmente não têm dificuldade em entender sobre religião, condição física, geração, raça, etnia, origem e classe social. Mas elas normalmente acham que orientação sexual e identidade de gênero é escolha; elas acham que isso é um capricho, uma forma de agredir pai ou mãe, é uma forma de sem-vergonhice, safadeza. Elas não entendem que, para existência do sujeito, identidade de gênero e orientação sexual é um atributo da identidade tão importante quanto a crença religiosa, tão importante quanto a sua raça – e não estou aqui problematizando conceito de raça e etnia, essa é outra conversa -, mas tão importante quanto a sua origem étnica.

É Stuart Hall quem vai desenvolver esse conceito de identidades culturais. Ele vai dizer que a nossa identidade é a nossa noção de pertencimento. Isso é fundamental para a minha saúde, para a minha qualidade de vida, para a minha realização pessoal, para a minha existência.

Aqui estão as identidades culturais, como mencionei, e vejam: quando a África do Sul saiu do regime do *apartheid*, de anos, em 1996 ela promulgou a sua Constituição; no capítulo de direitos, ela dizia: O Estado não pode discriminar qualquer pessoa, direta ou

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

indiretamente, por uma ou mais razões incluindo raça, gênero, sexo, gravidez, estado civil, origem social ou étnica, cor, orientação sexual, idade, incapacidade física, religião, consciência, crença, cultura, língua e nascimento. As pessoas, às vezes, quando a gente discute isso em cursos, dizem: para que tanta coisa? Eu fico pensando: nenhuma lei explícita, na sua grafia, algo que não seja extremamente necessário. Gravidez, que, para nós, pode parecer tão óbvio... Nós temos políticas afirmativas para mulheres grávidas: elas não precisam enfrentar filas de ônibus, têm preferência em salvamento, têm preferência em atendimento.

Só para lembrar, o Projeto de Lei que inclui orientação sexual no art. 3º da Constituição Brasileira está tramitando no Congresso desde 1995.

O que nos deixa muito feliz, como educadora, como quem trabalha com educação, é que, assim como somos educados para sermos preconceituosos, racistas, machistas, homofóbicos, lesbofóbicos, nós também podemos ser reeducados; todo conhecimento pode ser desconstruído, ele pode ser ressignificado.

Este é um projeto do Governo Federal criado em 2008 pelo Ministério da Saúde: Saúde e Prevenção nas Escolas. Ele vai falar do conceito de vulnerabilidades, e, pela primeira vez, as políticas públicas voltadas à saúde se dão conta de que nenhuma mudança de comportamento no campo da Saúde vai acontecer se não existir, na formação de professores, professoras e profissionais da Saúde, os estudos de gênero e o reconhecimento da orientação sexual. Por quê? Uma das questões que mais torna as pessoas vulneráveis, além de pobreza, violência física, distúrbios sociais, migrações, conflitos armados, as populações em situação de desvantagem social – eles vão mencionar ainda –, é: crianças e adolescentes vítimas de violência, discriminação étnica e racial e homofobia. Então, aquela velha premissa que diz que apenas informação não muda comportamento, e que nós temos aí 29 anos desde que a AIDS surgiu, em 1982, e ainda os educadores sexuais ficam questionando: “Puxa, mas a gente já tem 29 anos de educação sexual, e os índices de jovens contaminados com HIV, de 14 a 29 anos, no Brasil, só crescem”. Informação não muda comportamento? O problema é a informação: a informação que não questiona preconceitos e formas de violência a que essas crianças e jovens são submetidos e fazem com que eles se tornem vulneráveis ao HIV e à AIDS, essa informação nunca vai mudar comportamento. É por isso que hoje, nas políticas

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

públicas de saúde e educação, estudo de gênero e orientação sexual são os primeiros conteúdos a ser trabalhados com profissionais da saúde e da educação.

Então, as populações LGBT vão ter a sua vulnerabilidade social, principalmente associadas a formas de desigualdade e de violência, como essas que estão vindo aqui. Porque não é só lesbofobia; a lésbica é mulher, a lésbica é vítima de lesbofobia, de machismo, de sexismo, de misoginia. Todos esses preconceitos aqui tornam as pessoas mais vulneráveis e são formas de violência.

Vou agora, rapidamente, passar seis alternativas que eu considero importantes para o enfrentamento dessas questões.

Primeiro, a continuidade da articulação dos movimentos sociais com a organização e sociedade civil. ONGs de movimentos sociais têm feito pesquisas, têm desenvolvido projetos de educação, têm contribuído para o conhecimento que se torna políticas públicas, assim como organizações, universidades, institutos, enfim. Também o entendimento, repetindo, que os atributos identitários individuais são fundamentais para a realização da pessoa e para a sua felicidade existencial, simplesmente ter o direito de ser diferente. Nós temos acompanhado, neste País, uma série de crimes de homofobia, que são considerados crimes de ódio, simplesmente porque a pessoa é gay, não tem outra explicação. Então, o que nós já colocamos, só lembrando que somos, todos, pessoas com todas as identidades.

Entender também que todo o discurso não tem apenas um sentido e uma verdade, mas ele tem uma história, ele foi um dia inventado por alguma instituição. Portanto, as pessoas e as instituições exercem poder uma sobre as outras. Todas as instituições sociais: mídia, escola, estado, igreja, produzem saber, e todo saber é poder. E onde eu quero chegar com isso? Resignificar verdades a partir de um novo contexto histórico, a partir de uma nova ética vivida em sociedade, dos interesses democráticos, de respeito às diferenças de gênero e orientação sexual. Então, o que eu quero dizer é que, no meu entendimento, como educadora sexual, dentro desse campo há 18 anos, não existe nenhum saber humano que não seja questionável, todos são. Eu não aceito aquele ditado que diz: futebol, política e religião não se discutem. Por quê? Porque todos esses conteúdos, todos esses assuntos interferem diretamente na vida das pessoas, e as pessoas, por essas crenças, se dão o direito de agredir, de excluir, de agir com violência com as outras

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

peças. Então, as populações de lésbicas, homossexuais, travestis, transexuais e transgêneros têm sido definidas como algo negativo, e, ao longo da história presente, foram definidas como anormais, principalmente por três discursos: o médico, o jurídico e o religioso. Ora, só um exemplo de como o discurso médico foi resignificado: em 1994, a Organização Mundial da Saúde, excluiu, definitivamente, da classificação internacional de doenças o código que rotulava a homossexualidade como desvio e transtorno sexual. Portanto, a maior organização do mundo de saúde diz que homossexualidade não é doença. Então, se a maior organização de saúde do mundo diz que não é doença, quem mais vai dizer que é? Discurso jurídico: só um exemplo: o Supremo reconhece a união gay, direitos como pensão, financiamento de imóveis, conta conjunta e bancos, partilhas de bens devem começar a valer. O entendimento do Supremo a questão da legislação é outra, da importância da criação de leis, que já vem depois.

Discurso Religioso: vou deixar em branco! É importante que eu estou querendo falar do discurso religiosos, que define pessoas, que classifica as pessoas e que hierarquiza direitos, eu não estou falando da crença religiosa de cada um, *o.k?* Isto é intocável. Eu estou falando daquele discurso que socialmente se junta e impede direitos, impede que as pessoas tenham conquistas, e que, muitas vezes, estimula as pessoas que são violentas e agressivas, estimula entre aspas, tacitamente, mas encoraja pessoa que são violentas a agirem com atos violentos de fato.

Eu quero dar um exemplo para vocês sobre o que eu falei – que futebol, política e religião não se discutem. Esse é o cartaz que ganhou, pelo júri popular, o terceiro lugar do concurso de cartazes combatendo a lesbofobia, a homofobia e a transfobia. Vocês são aqui do Rio Grande do Sul e tem o Grêmio e o Internacional como os times principais, esse time é o Havaí, lá de Florianópolis, o meu time. Ela é branca e azul só. São dois torcedores do Havaí, de mãos dadas. Esse cartaz tirou o 3º lugar. Esse cartaz, na última noite da Exposição, foi totalmente destruído; entraram no local lá UFSC, no Centro de Ciências Humanas, e picaram, literalmente, o cartaz no chão, num ato de fúria. De qualquer forma, esse cartaz mostra como, num ambiente de futebol, se expressam as construções de gênero, modos de masculinidade. A gente tem um modo de construção de masculinidade, um jeito de ser menino, homem, extremamente violento na história dos países sul-americanos, principalmente do Brasil E é uma violência que estudos mostram

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

que se dá em três níveis: contra a mulher, contra a criança, contra animais domésticos – há pesquisas que mostram esse estudo. Como a nossa sociedade também instituiu que gays não são homens, a gente vai ter uma homofobia extremamente violenta no nosso País. Então, esse cartaz é muito importante para se discutir a questão da masculinidade no âmbito do futebol; além do mais, o campo de futebol tem sido também local de expressão de xenofobia e de racismo. Todos vocês, talvez, tenham lembrança de saber disso pela mídia.

4º – Aprovação de leis. No Livro “Diversidade Sexual na Educação, Problematizações sobre a Homofobia nas Escolas”, eu escrevi este artigo: “Direitos Humanos, Direitos Sexuais e Pedagogia Queer: o que as abordagens têm a dizer à Educação Sexual? Eu só vou citar uma frase de uma estudiosa dos direitos humanos: “A cidadania e os direitos humanos só podem ser assegurados na existência social, na medida em que são enunciados em normas, legislações e tratados, configurando assim o espaço da cidadania formal”. A jurisprudência é importante e mostra a história da mudança de opinião pública num país, num determinado momento histórico, mas a lei é fundamental. Portanto, qualquer enfrentamento de lesbofobia, homofobia e transfobia passa pela aprovação de leis.

Esta é a Resolução do Conselho Estadual de Santa Catarina, que dispõe sobre a inclusão do nome social de travestis e transexuais. Só gostaria de mostrar a concepção da Resolução. Art. 1º – Determinar, quando requerido, que as escolas e instituições vinculadas ao Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina, que, em respeito à cidadania, aos direitos humanos, à diversidade, ao pluralismo e à dignidade humana, além do nome civil, inclua o nome social de travestis e transexuais nos registros escolares internos – conceito da Resolução que quero que seja entendido. Pode ser que houvesse até pessoas contrárias a travestis e transexuais no Conselho Estadual de Educação, mas essa compreensão é uma questão ética e filosófica de existência humana.

Por fim, essa Resolução está entrando em vigor neste ano de 2011, foi aprovada em 2009. Isso mostra que em Santa Catarina tem havido muita discussão sobre esta Resolução. Só estou mostrando aqui algumas. A Câmara de Vereadores de Florianópolis aprovou o Dia Contra a Homofobia, Lesbofobia e Transfobia, em 2007, e a Lei Orgânica do Município, desde 1994 – já que o Projeto de Lei para alterar a Constituição Brasileira

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

ainda não saiu – incluiu a orientação sexual. Na Lei Orgânica do Município de Porto Alegre já há a orientação sexual? Há. Aliás, em Porto Alegre, isso deve ter sido feito antes do que em Florianópolis.

Gostaria de mostrar para vocês que, quando eu falo em aprovações de leis, é em todas as instâncias, desde o regimento escolar, até uma alteração na Constituição Brasileira. Essa é a política de inclusão da Universidade do Estado de Santa Catarina, Udesc, que é a Universidade da qual venho, aprovada em 2009, a qual vai dizer que inclusão é: acesso, representação positiva e incorporação curricular da história. Ela, então, vai dizer quem são os sujeitos da inclusão na Universidade pelas identidades culturais; por condição ou estado físico ou necessidades especiais: cadeirantes, surdos e cegos; por raças ou etnias: populações de negros, negras, quilombolas e indígenas; por identidade de gênero ou orientação sexual: mulheres, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais e transgêneros; e por condição socioeconômica. Este ano, a Udesc, pela primeira vez, introduziu o vestibular com as políticas afirmativas para pessoas de classes sociais, negros e negras. O próximo vestibular vai incluir populações indígenas e pessoas portadoras de deficiência física.

Por fim, só para mostrar a importância da Lei, quando Martin Luther King, em 1950, disse que “pode ser verdade que seja impossível decretar a integração por meio da lei, mas pode-se decretar a não segregação”, ou esta outra frase: “Pode ser verdade que a lei não seja capaz de fazer com que uma pessoa me ame, mas pode impedi-la de me linchar”. E esse é o principal argumento para aprovação da Lei contra a homofobia, lesbofobia e transfobia, porque, a cada dia, no Brasil, estão matando homossexuais, principalmente porque existe um movimento que é assim – isso é compreensível, educacional e psicológico: quando parcelas da população conseguem direitos, eu, que sou preconceituosa, me revolto. Eu me revolto, eu saio de mim. É como um casal que se separa. As pessoas às vezes se batem e dizem depois “eu virei bicho, nunca pensei que eu fosse fazer isso, eu nunca pensei que eu fosse dar um tapa na cara da minha mulher, do meu marido”. Lembram da Lei Maria da Penha, quando ela foi aprovada? No mês seguinte existiram mais casos de notificações do que dois, três anos juntos – no mês seguinte à aprovação da Lei Maria da Penha. Por quê? Porque aquelas pessoas que até então estavam nos grupos hegemônicos “Eu sou normal, eu estou certa. Aquele é o

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

anormal. Eu tenho o direito de excluí-lo, eu tenho o direito de escorraçá-lo, eu tenho o direito de bater nele, eu tenho o direito de matá-lo.” E essas pessoas só vão conter esse tipo de personalidade, vamos dizer assim, de entendimento, com a Lei. Por isso que, muitas vezes, uma lei vem antes da opinião pública da sociedade mudar, como foi a Lei do Uso do Cinto de Segurança. A Lei foi criada antes das pessoas se conscientizarem que tinham que usar cinto. Pode ser que, hoje, ainda tenha gente que use o cinto muito contrariado, mas a maioria das pessoas coloca o cinto e nem se dão conta disso. Então, a lei ajudou a mudar a forma de pensar; outras leis não. As leis precisam existir antes que a sociedade, na sua totalidade, mude. A mesma coisa a Lei do Racismo.

5º – A educação: formação inicial e continuada de profissionais principalmente da Educação, da Saúde, da Comunicação, da Segurança Pública e do Direito. Quando eu falo em Educação Inicial, é a graduação continuada de todos os cursos que a gente vai fazendo depois – Especializações, Pós-graduações, Mestrado, Doutorado –, cursos que chegam às escolas, cursos como “Brasil sem Homofobia”, cursos como o “GDE – Gêneros e Diversidade nas Escolas, Saúde e Prevenção nas Escolas”. Tudo que é educação continuada precisa incluir essas discussões sobre direito à diversidade, orientação sexual e identidade de gênero. Vou dar um exemplo para vocês: o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 tem “Ampliação do Universo do Sistema de Saúde da Qualidade”. O item “f” diz: acrescentar campo para informações sobre identidade de gêneros dos pacientes nos prontuários no Sistema de Saúde. Isso veio a aparecer no Programa Nacional de Direitos Humanos 3 dos profissionais do campo da Saúde. Eu estive em Itajaí, que é uma das cidades com maior índice de HIV e de AIDS do Brasil – não sei se é o maior, lá em Santa Catarina, porque Itajaí é uma cidade portuária – e estive fazendo um trabalho de formação com os profissionais da Saúde: assistentes sociais, psicólogas, médicas, médicos, enfermeiros, todos – todos – da região da Grande Itajaí. Foram três cursos com cem pessoas cada um. Eles queriam saber o que é identidade de gênero no prontuário, o que é orientação sexual e o que isso tem a ver com travestis? O que isso muda num exame ginecológico para lésbicas, qual é a diferença da ginecologista ou do ginecologista em saber que ele não está entrevistando uma heterossexual que transa com homens? A primeira pergunta que o ginecologista ou a ginecologista deveria fazer para nós, mulheres, é qual a sua orientação sexual, porque eles já vão fazendo

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

perguntas se a gente está se precavendo, tendo prática de sexo seguro, como se a gente estivesse transando com homens. Mesma coisa considerar travestis, transexuais, transgêneros em todos os índices de saúde.

Enfim, estratégias didáticas e políticas de conceitos e argumentos. Três, vou dar exemplo: família, sempre no plural; afetividade, amor e respeito, como lado principal do ser humano e não sua prática sexual. Não vamos resumir as pessoas com quem elas transam; vamos resumir as pessoas ao seu caráter, ao seu valor, aos seus sentimentos. Durante anos, as pessoas foram resumidas às pessoas com quem elas transam. Então, se vocês querem perguntar para mim como crianças da Educação Infantil sabem e discutem que existem casais homossexuais, é a partir dos vários tipos de família e a partir do afeto e do amor, e visibilidade positiva dessas identidades. Então, esse livro “Educação Sexual na Escola”, eu vou mostrar amanhã no evento que acontecerá na UFRGS; está aqui: “Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças” é um livro que tenta exatamente mostrar, com positividade, todas as identidades sexuais e de gênero. Eu não coloquei o livro aqui, vou mostrá-lo amanhã no evento de Educação.

Eu quero encerrar com essa foto de um pôster desse tamanho assim, é um quadradinho deste tamanho, dos nuances de Porto Alegre, que eu não tenho o ano, porque nunca ninguém coloca ano em pôster. Para mim, não precisava saber, mas eu não sei. Comece a vida respeitando as diferenças. Isso é algo que as crianças já podem aprender desde a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio. Obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A Ana Naiara Malavolta está com a palavra.

A SRA. ANA NAIARA MALAVOLTA: Boa-noite a todas e a todos. Uma saudação especial à Mesa, à nossa Presidente Sofia Cavedon, que acolheu, de forma muito carinhosa, a proposta da Liga Brasileira de Lésbicas de realizar esta Audiência Pública durante a 3ª Jornada Lésbica Feminista, o que propiciou que a gente pudesse trazer a professora Jimena, a quem eu também faço um agradecimento especial, porque, quando a Jimena fala, a gente se sente, como lésbica, absolutamente representada através daquilo que ela coloca, o que é extremamente gratificante. Quero dizer para as pessoas

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

que estão aqui presentes que a gente tem feito, durante todo esse período da Jornada Lésbica Feminista em Porto Alegre, um esforço muito grande de transversalizar essa discussão que pauta a nossa Jornada, que é a questão da liberdade, da saúde, da autonomia e o tema das violências da lesbofobia, da homofobia e da transfobia em vários espaços da sociedade aqui do Rio Grande do Sul. A gente tem se reunido com sindicatos, com universidade, com estudantes, com parlamentares, a gente está tentando se reunir com os diversos órgãos de representação do Governo, no sentido de mostrar o quanto essa discussão ainda é cara. E, se a gente olhar para o lado, nesta Audiência Pública, a gente vai ver que, efetivamente, a gente ainda tem muita dificuldade, muita coisa para transpor para fazer com que essa pauta seja recorrente. A gente precisa muito sair da condição de invisibilidade em que fomos colocados; nós, lésbicas, bissexuais, gays, travestis, transexuais estamos colocados por uma construção social que acho que a Jimena representou muito bem, numa condição de invisibilidade que nos impede de sermos cidadãos plenos ou de termos plena cidadania.

Nosso trabalho tem sido justamente no sentido de romper com essa lógica que está estabelecida, desconstituir os papéis que nos foram estabelecidos para nós efetivamente, e buscar pautar essa discussão no maior número possível de espaço para que paremos de discutir a questão de direitos humanos, de direitos sexuais, de preconceito com quem tem interesse nesse tema, que é, efetivamente, o que temos conseguido fazer.

Para isso, a nossa opinião, como Liga Brasileira de Lésbicas, é de que precisamos ultrapassar os limites do movimento social, que tem um papel muito importante de pautar essa discussão, mas precisamos ultrapassar os limites do movimento social. E aí vai muito no caminho daquilo que a Jimena colocou, que é a construção de políticas públicas efetivas para essa população. Sem a constituição de políticas públicas efetivas que trabalhem a educação, que trabalhem a inclusão pela saúde, que trabalhem todas as vulnerabilidades dessa população, a gente, efetivamente, vai avançar a passos de tartaruga se não conseguirmos fazer com que o Poder Público se movimente no sentido da constituição de direitos, da garantia através de leis que propiciem que a gente se torne efetivamente cidadãos. Temos dificuldades. É só ver qual é a participação de Vereadores que temos nesta Sessão de hoje, e veremos a dificuldade que temos tido em pautar essa discussão em Porto Alegre.

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

Temos a Lei Orgânica do Município, o art. 150, que trabalha a questão do preconceito, mas é um artigo absolutamente limitado, porque trabalha na lógica dos estabelecimentos comerciais, então ele não supre. E ele é limitado, por conta de dificuldade da discussão que aconteceu no momento em que ele foi votado e que a gente precisa superar. A gente tem uma Frente Parlamentar, que foi criada em 2007, aqui na Câmara de Vereadores, e que efetivamente está desarticulada. Temos um trabalho todo para tentar rearticular e estamos vendo a dificuldade que isso significa.

Enfim, as dificuldades são muito grandes. Os atores para fazer com que essas dificuldades sejam superadas ainda são insuficientes; a gente precisa multiplicar esses atores, multiplicar as vozes que falam por nós para que possamos avançar num tempo mais curto do que aquele que leve à morte de outras centenas ou milhares de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Então, iniciativas como essas vão continuar acontecendo. O papel do movimento social, que é aquele que eu represento nesta Mesa, entre outros companheiros – a Claudia está aqui, representando o SOMOS –, é fazer com que essa discussão aconteça, é tensionar os governos, é nos colocar como parceiros em alguns momentos e como opositores em outros, quando as nossas pautas não estão sendo trabalhadas, e é isso que vamos continuar fazendo. Agradeço a presença de cada uma e de cada um de vocês nesta parte da jornada.

Para quem gostou do painel da Jimena – nós aproveitamos que ela estaria aqui em Porto Alegre em dois outros momentos –, convido todos para comparecer amanhã, às 14h, na Universidade Federal, onde estaremos nos reunindo com acadêmicos e estudantes, mas está aberto para todo mundo, num debate que tem como tema o papel da educação na promoção da igualdade de gênero e o reconhecimento das muitas expressões da sexualidade. E o segundo momento vai ser amanhã à noite, quando a Jimena vai estar na palestra da Magda de abertura da Conferência LGBT, que acontece aqui na Câmara de Vereadores. São dois momentos em que vamos estar trabalhando temas diferentes, mas em que vamos estar batendo na pauta da inclusão da população LGBT.

Na segunda-feira, também existem dois momentos importantes, e a gente já aproveita para convidá-los também. A Tribuna Popular desta Casa vai ser ocupada pela Liga Brasileira de Lésbicas, numa iniciativa de tentar falar para aqueles que não querem nos

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

ouvir, porque os que querem nos ouvir estão aqui hoje, mas os que não querem nos ouvir nos escutarão na próxima segunda-feira, na Tribuna Popular.

Durante todo o dia, das 12h até as 22h, ocuparemos o Largo Glênio Peres, depois de dois meses de discussão intensa com a Prefeitura de Porto Alegre. Tivemos um parceiro muito importante na Coordenação de Direitos Humanos, o Mário, nessa briga; a Sofia foi uma parceira importante nessa briga; a Coordenação de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, que fez um esforço, junto à Prefeitura de Porto Alegre, no sentido de que a gente conseguisse ocupar aquele espaço que é nosso, porque é um espaço popular. Então, a Liga estará na rua toda a tarde, junto com os movimentos sociais, fazendo a 5ª Marcha Lésbica de Porto Alegre e encerrando a 3ª Jornada Lésbica. Obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Registro a presença da Angela Cardoso, representante da Secretaria Municipal de Educação, e do Gerson Winckler, que é Coordenador da Política DST/Aids de Porto Alegre. Obrigada pela presença de vocês. Eu tenho inscrição já de plenário, mas, se vocês me permitem, eu vou chamar os Vereadores. A Ver.^a Maria Celeste está com a palavra. Vamos privilegiá-la, uma vez que ela está firme e forte aqui conosco.

A SRA. MARIA CELESTE: Boa-noite a todos e a todas. Presidenta Sofia Cavedon, cumprimento a Professora Jimena Furlani e todos que estão na Mesa, que já foram nominados, e parabenizo pela excelente síntese, rápida, mas que nos deu uma noção forte do que significam políticas públicas para uma Cidade que precisa enfrentar esse tema, especialmente o da diversidade. A minha fala nesse sentido é para fazer uma reflexão que a Ana, representante do Nuances, já havia iniciado, que vai no sentido de que, apesar de todos os avanços, com tantas questões que nós apontamos, como avanços da nossa Cidade, nós ainda vivemos um momento de extremo retrocesso no que diz o direto à diversidade, o respeito à diversidade e ao enfrentamento que precisamos fazer do tema da lesbofobia, da homofobia, da transfobia. Por que eu falo isso? Nós tentamos resgatar, Albano e Maria, que estão aqui e representam o gabinete do Professor Garcia, a Frente Parlamentar, que tinha uma nomenclatura antiga, e entramos com um simples requerimento nesta Casa para resgatar essa Frente Parlamentar LGBT. Para

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

nossa surpresa – nós já temos 22 frentes parlamentares instaladas nesta Casa -, faz duas Sessões de Ordem do Dia, de votação, que não conseguimos votar o nosso requerimento. Na primeira, porque gerou um debate, do qual eu trago umas frases simbólicas, professora, diante do que a senhora nos colocou. Gerou um debate dizendo que alguns dos Vereadores que aqui se pronunciaram diziam que não eram contrários à criação da Frente, mas eles disseram: “Para que criar uma frente parlamentar para tratar do comportamento das pessoas? Para quê? Para que vamos criar uma frente parlamentar para tratar de comportamento? Se assim acontecer, eu já estarei praticando um ato de discriminação naturalmente. Eu vejo as pessoas como normais, não tenho preconceito algum”. Uma outra frase simbólica que agrega dentro deste conjunto de questões que a senhora nos traz para reflexão, de um outro Vereador, diz o seguinte: “Chega de coisas pequenas, nós temos que buscar o avanço da Cidade”. Discutir diversidade, discutir preconceitos, enfrentar discriminações para alguns parlamentares desta Casa é algo pequeno.

Nós, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, temos feito um trabalho, a partir da nossa companheira Ju, do Bar Pacifica, um trabalho de resistência e enfrentamento, que fez, inclusive, com que resgatássemos o art. 150, neste primeiro momento. Queríamos avançar mais, mas pelas questões do Bolsonaro, no Congresso, dos recuos que foram feitos, também, aqui, nós recuamos naquele período. Mas estamos aí, fortemente, a Presidenta vai estar lançando a campanha, agora, no *outdoor*, desta questão. E queríamos avançar mais com a criação desta Frente e esperamos – na segunda-feira, será o primeiro Requerimento de votação na pauta – que vocês possam estar aqui não só na Tribuna Popular, mas fazendo um apelo para que os Vereadores votem pela criação desta Frente Parlamentar.

E um segundo convite: amanhã, de manhã, Presidente Sofia, nós vamos estar recebendo aqui na Comissão de Direitos Humanos o Delegado Jardim, que é o Delegado que, há dez anos, na nossa Cidade, Professora, tem tratado da questão dos neonazistas e dos *skinheads*. E aqui, no último período, têm acontecido casos na Cidade, extremamente preocupantes, de grupos que se autodenominam raça superior, que sabemos são três grupos que são atacados prioritariamente: os homossexuais, os negros e os judeus. Amanhã, pela manhã, nós vamos fazer, não uma audiência pública, mas uma reunião

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

fechada com diversas representações de organizações não-governamentais, exatamente para que o Delegado possa nos informar, passar instruções, inclusive, de como lidar com este problema que precisamos enfrentar aqui na cidade de Porto Alegre.

Então, deixo o convite para, amanhã, às 9h30min, na Comissão de Direitos Humanos, uma reunião com o Delegado Jardim, ouvindo esse diagnóstico sobre a Cidade e pensando, quem sabe, propostas e soluções para fazer esse enfrentamento cada vez mais coletivo, o movimento social e o Estado, enquanto política pública, porque só dessa forma vamos avançar. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A Sra. Mara Feltes está com a palavra.

A SRA. MARA FELTES: Boa-noite a todos, quero parabenizar a Sofia, as meninas do Movimento, aqui presentes, especialmente a professora, eu não conhecia o teu trabalho, e fiquei encantada. É que sou muito fã do povo de Santa Catarina, e o pessoal sabe que eu fiquei um tempo coordenando a Escola Sindical Sul, e o povo da Universidade é fantástico lá. Acho que deveríamos estreitar mais os nossos laços com o povo da Universidade de Santa Catarina.

Bom, eu digo que sou parte de uma geração mais animada; concordo com a Celeste, que tem várias coisas que estão acontecendo. Antes de ontem, eu e a Naiara estivemos juntas fazendo um debate na CUT, nós somos muito poucas, e comentávamos que como é difícil mobilizar as pessoas para um tema que é tão importante. E houve uma decisão bem legal, que sairá, amanhã, uma Resolução na plenária da CUT/estatutária, que nós vamos começar a organizar, para mexer com aquele povo do Movimento Sindical, pois temos uma certa governabilidade para mexer, e vamos apresentar uma Resolução para que possamos começar, a partir do Núcleo, da Secretaria de Mulheres, a qual represento, o debate, a trabalhar com Resoluções que, inclusive, a Central tem, de políticas em relação ao enfrentamento da lesbofobia, da homofobia, da transfobia. E nós temos que começar, porque não dá para ignorar o ambiente de trabalho; no ambiente de trabalho, a violência é muito grande, o assédio é muito grande. E não dá para os sindicalistas, no caso, o Movimento social que eu represento, simplesmente, ignorarem que isso acontece. Fazem de conta que nada disso está acontecendo.

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

Nós temos uma série de dificuldades, inclusive, de encantar as pessoas, de chamar as pessoas, de mobilizar as pessoas, para poderem compreender a importância, principalmente nós que vamos para a mesa de negociação, que vamos lá enfrentar, porque as condições de trabalho têm que estar na nossa pauta, têm que estar no nosso cotidiano, e é muito difícil, assim como é difícil trazer pessoas aqui, porque foi devidamente panfleteado a questão da jornada, foi devidamente informado da importância do debate, e o público é pequeno.

Agora, quando eu disse que eu sou mais animada, é porque eu sou da geração que não conseguiria imaginar, há um tempo, estar discutindo isso, por isso eu sou mais animada. Eu acho que nós avançamos, avançamos pelo fato de estarmos aqui discutindo.

Quando o Bolsonaro fez tudo aquilo que ele fez, bom, pelo menos as televisões, a mídia brasileira, que sempre colocou esse tema no armário, teve que necessariamente vir, ter debates públicos sobre o tema.

Então, eu acredito que a gente está cumprindo mais uma etapa da nossa tarefa, não é Claudete, da nossa geração, de estar, e aqui tem vários companheiros que são do mesmo ano, da mesma época, enfim, quebrando paradigmas, e que nós estamos assim, eu vou ser aquela da geração das chatas, a que não aceita as piadas machistas, que não aceita as piadas homofóbicas, que não ri de piada de bêbado, que não ri de piada de negro, que corta o barato, que entende que a linguagem tem que ser corrigida, que a sociedade tem dois sexos, que não aceito, que tem que botar, sim, que e trabalhador e trabalhadora, que a palavra trabalhador não me representa.

Então, eu sou aquela que faço parte de uma geração que cotidianamente está dizendo: olha, é necessário enfrentar os desafios, é necessário romper com culturas. E a questão que a professora pegou muito bem, e um pouco a Celeste também se manifestou aqui, sobre esses *slogans*. Como é que é construído o consentimento político? É através dos *slogans*, quer dizer, tu vais afirmando coisas, tu vais afirmando os preconceitos, e aquilo vai sendo incorporado, e fica difícil para ti questionar.

Por fim, para concluir dentro do meu tempo, a Jimena falou várias coisas, mas uma, para mim, com certeza, vou repetir bastante: informação que não enfrenta preconceitos, que não problematiza, não muda comportamento. Simplesmente informar que é bom usar a

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

camisinha, que é bom fazer isso, que é bom fazer aquilo, se não fizer um debate, se não fizer o enfrentamento, não vai mudar.

E por fim, nós tivemos, no último fim de semana, a Conferência de Políticas para as Mulheres, e foi colocada a questão que não adianta – eu vou falar isso, porque aqui nós temos Vereadoras, e depois haverá Audiência Pública na plenária, na segunda-feira – nós fazemos campanhas preventivas contra HIV/Aids, campanhas em que o Município, Estado, Governo Federal investem, se nós, lá na nossa pauta, lá no movimento sindical, lá no local de trabalho não conseguimos liberar companheiros e companheiras para fazer os tais exames preventivos, para poderem ir ao médico para poder usufruir disso que as campanhas colocam. Então, esse é o nosso grande desafio hoje. Nós temos que conseguir que essas questões sejam incorporadas à nossa cultura, ao nosso cotidiano. Enfim, eu acho que nós estamos de parabéns por estarmos pautando isso. Amanhã nós vamos estar debatendo isso na plenária da Central. Enfim, colocar aqui que a CUT, para quem não nos conhece, mas as gurias sabem que nós somos superparceiras e que nós, de fato, queremos transformar. E sabemos que a nossa luta é fazer uma revolução cultural, gente, não é simplesmente fazer uma luta pela luta. É, de fato, fazer uma transformação cultural. E nós vamos estar nesta, vamos estar na sexta, sétima, oitava, nona até que a gente consiga encher este plenário. Obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A Eloá Muniz, representando a Dra. Maria Berenice Dias, está com a palavra.

A SRA. ELOÁ MUNIZ: Boa-noite a todos e a todas, na pessoa da nossa Presidente, Ver.^a Sofia Cavedon, cumprimento todos da Mesa. Eu estou aqui representando a Maria Berenice, ex-Desembargadora, hoje advogada, uma ativista do movimento LGBT, que está em Brasília defendendo o Estatuto da Diversidade Sexual, que acho que todo mundo recebeu na entrada, que é um anteprojeto. Ela está trabalhando na perspectiva de transformar este Estatuto em uma proposta de emenda constitucional. Porque, como disse a nossa palestrante, nós temos uma questão jurídica, nós não temos leis efetivas. Nós, hoje, trabalhamos com jurisprudência. Então, há uma jurisprudência em relação à

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

concessão de um benefício, de um direito, então aquela jurisprudência é colocada em um outro processo. Aqui no Rio Grande do Sul nós estamos um pouco mais avançados por conta da atuação da Maria Berenice, mas em outros Estados sequer são reconhecidos os direitos homoafetivos. Então, ela está numa cruzada nacional para transformar esse Estatuto numa Emenda Constitucional.

Nós estamos muito contentes, porque conseguimos no Conselho de Desenvolvimento Econômico, Social do Estado do Rio Grande do Sul, através do Conselhão do Governo Tarso, onde a Maria Berenice é a conselheira titular e eu sou a conselheira técnica, colocar uma temática que se chama “Proteção Social”. Nessa temática, nós estamos trabalhando com duas perspectivas: o enfrentamento à violência contra a mulher e a constituição dos direitos homoafetivos. No dia 6 de setembro, nós vamos ter uma reunião da Câmara Temática, e eu estou, em nome da Maria Berenice, convidando todos que tiverem interesse nesse tema, para que estejam às 14h, lá, na Câmara Temática do Conselhão, para que possamos conversar sobre isso. É um momento muito especial, momento em que o Governador Tarso abriu esse espaço desta Câmara Temática, e o Secretário Marcelo Danéris abriu esse espaço para que nós pudéssemos conversar.

Inicialmente se pensava, na questão da proteção social, trabalhar com o movimento feminino e o movimento LGBT. E nós conseguimos, na última reunião do dia 18, fazer com que tivéssemos duas reuniões: uma só com o movimento feminista e outra só com o movimento LGBT. Eu acredito que, em termos do Rio Grande do Sul, é a primeira vez que a gente vai ter a oportunidade de ouvir o movimento LGBT dentro de um Governo de Estado, um Governo que está neste momento tentando ouvir e está motivado a fazer alguma coisa. Claro que a provocação veio da sociedade civil, veio da Maria Berenice, mas houve uma aquiescência do Governo, houve uma abertura de espaço, e eu acredito que seja um momento muito rico para que possamos nos reunir e conversar a respeito, porque o Governador quer ouvir, as sugestões serão colocadas dentro da temática, e ela vai se transformar em política pública. Isso é muito importante.

Gostaria de convidar todos para o dia 6 de setembro, às 14h, no 21º andar do Centro Administrativo, onde funciona o Conselhão. Acredito que seja um avanço significativo para a construção das políticas públicas do Estado do Rio Grande do Sul.

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

Para finalizar, alguma coisa que eu penso em relação não só ao Movimento Feminino e ao Movimento LGBT, mas a toda a reconstrução da sociedade, porque nós temos um probleminha: nós não nos respeitamos socialmente – a gente invade o espaço do outro, a gente não respeita as diferenças, quaisquer que sejam. Mas o que é fundamental é nós entendermos que todo ser humano existe, se constitui a partir dos processos mentais. Esses processos mentais começam com o pensamento; então, como a professora falou, das crianças, se nós começarmos a colocar pensamentos diferentes, pensamentos que façam com que nós, adultos ou crianças, aceitemos o outro, começemos a respeitar o direito do outro, nós, automaticamente, vamos passar para a segunda fase, que é a construção de um emocional mais desarmado, com mais emoção e aceitando as pessoas como elas são. Na verdade, todo ser humano, segundo Freud, busca a felicidade; então, a felicidade é um direito inerente ao ser humano. Para que isso possa acontecer, nós precisamos respeitar o que se constitui na felicidade do outro, e a grande dificuldade que temos é aceitar o outro do jeito como ele é.

O terceiro nível seria o do comportamento. Se nós pudermos colocar bons pensamentos e se conseguirmos, a partir desses pensamentos, constituir boas emoções, nós alteramos o comportamento. Então, é necessário que a gente tenha, dentro dessa sociedade, quase que uma usina disso. Eu vejo, como alguém aqui falou, na televisão: o que a gente discute um dia inteiro, o que a gente constrói um dia inteiro, em 30 segundos a televisão destrói. A gente viu, na novela que acabou, os estereótipos dos homossexuais. Esses estereótipos acho que – é como a piada de que a Mara Feltes falou – a gente tem que começar a coibir. Esses estereótipos são uma charge, uma piada de mau gosto. A gente precisa começar a coibir isso, através de uma legislação, e não de um controle dos meios de comunicação, mas de mudar de canal, realmente. O controle da televisão que se pode fazer hoje é trocar de canal. Então, fazer campanhas para que isso possa diminuir, porque a televisão só entende uma linguagem: baixou o Ibope, baixou o investimento econômico. Ela não entende outra linguagem. Então, são as campanhas de troca de canal. Eu acho que é isso. E quero pedir para que possamos nos unir, e ver que, se o Rio Grande do Sul está nos dando uma oportunidade para fazermos uma política pública forte, vamos nos unir e vamos fazer. Obrigada. (Palmas.)

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A Sra. Roselaine Dias, da LBL-RS, está com a palavra.

A SRA. ROSELAINÉ DIAS: Eu quero agradecer a boa-vontade da Jimena, a possibilidade de ela estar aqui conosco. Nós já tivemos uns dois ou três momentos ao longo da nossa vida: eu, enquanto militante do Movimento, e a Jimena na sua história acadêmica, dentro dos espaços da UFSC. Esses momentos sempre ficaram marcados para mim, por essa troca. Então, eu me sinto contemplada com a tua presença aqui, hoje, e, com isso, eu já cumprimento e agradeço aos parceiros e às parceiras presentes. Quanto à tua fala, Jimena, o teu trabalho, eu percebo que a Liga Brasileira de Lésbicas, principalmente no eixo do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul e no Paraná, em Santa Catarina – eu atualmente estou articuladora dessa região -, dois pontos que tu colocaste, dos seis pontos, eu tenho certeza de que a LBL toma essa frente, coloca as proposições e consegue efetivar. Um ponto é o que se refere aos movimentos sociais, enquanto a sua organização política e as proposições dessas políticas efetivas. E cito isso dizendo que nós, ao longo de 2007 a 2008, fomos parcerias num projeto com a UFRGS, e fizemos uma leitura da saúde, do atendimento às mulheres lésbicas e bissexuais em Porto Alegre e na Grande Porto Alegre, nos postos de Saúde da Família, nos atendimentos nesse entorno. O resultado disso, além de uma campanha que gerou esse folder, que estamos sempre distribuindo, com uma grande está sempre distribuindo, e contamos com uma grande parceria que está aqui sentada, que é uma referência de Porto Alegre, o Mario Azambuja, que nunca deixou nos deixou desistir, e sempre dizendo que íamos achar os parceiros e as parceiras para colocarmos a campanha na rua. Um outro ganho para a nossa população foi, ao longo dessa jornada, conseguimos, junto com a política de Saúde da Mulher, com a Prefeitura de Porto Alegre, lançar um protocolo de atendimento clínico às mulheres lésbicas e bissexuais de Porto Alegre. Então, estou dizendo isso nesse espaço porque vai ficar gravado, talvez os nossos Legisladores da Cidade não assistam, não escutem e não leiam, mas eu tenho certeza que as assessorias vão ler, porque 2012 vem aí.

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

Então, isso é política, isso a LBL está fazendo, o que o legislador não faz, o que o Executivo deixa de fazer. Tenho certeza que a LBL, O SOMOS, o Nuance e todo o movimento organizado da população LGBT de Porto Alegre faz.

Um outro ponto que tu abordaste é o que tange a questão do enfrentamento. Nós vamos realizar a V Marcha, no dia 29; nós vamos sair do Glênio, fazer todo um contorno no Centro, andar por toda a Rua dos Andradas – que para nós é a Rua da Praia –, andarmos por toda a extensão da Andradas. Vamos estar com a comunidade, com o povo. Qual é a intenção disso? Nós passamos quatro anos fazendo essa mesma Marcha na Redenção, no entorno de um espaço que para nós é referência em direitos humanos, desde o primeiro Fórum Social Mundial, desde a 1ª Parada Livre, em Porto Alegre. É ali no Bom Fim que a gente se reúne para todas as coisas que fogem a todos os parâmetros, e nós resolvemos esse ano mudar a nossa rota em função de duas questões. Primeiro e mais significativa para nós: as ações homo, lésbicas e transfóbicas que ocorreram no primeiro semestre no Brasil, a começar pela fala do referido Deputado à ação do *kit*, e aí eu já coloco isso pedindo que a tua manifestação sobre a questão do *kit* anti-homofobia. Essas ações nos levaram a pensar e a entender que a gente precisa discutir, além dos novos atores e atrizes que aqui estão, além dos novos parceiros e parceiras, além de sensibilizar essas pessoas, além de chegarmos e estarmos com essas pessoas, é estarmos com a população. Com quem nunca ouviu falar, nem sabe o que significa a palavra lésbica – essa é a nossa intenção no dia 29. Está aqui a nossa Representante da Assessoria de Direitos Humanos da Brigada. Nós já conversamos com a sua representação nessa instituição, e há uma preocupação da Brigada no sentido de que estaremos nos colocando em risco nesse dia. E nós sabemos disso, nós tivemos ciência disso, desde o nosso Encontro Estadual, em abril, quando elaboramos a Marcha, do que estávamos fazendo. Mas eu vou dizer o que tenho dito, durante alguns anos na minha vida: esta é a única bandeira pela qual ainda dou a minha vida.

Então, no dia 29 – reafirmamos o convite –, chamamos todos os parceiros e parceiras aqui presentes, porque não são os que não vieram que vão fazer a diferença, a diferença é cada um e cada uma que está aqui conosco, no seu espaço.

Há um outro ponto a abordar que é significativo. Se vocês olharem esse *banner*, vão ver que há uma série de parceiros e parceiras. Cada um deles não entra com recurso

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

financeiro, pode ou não entrar, são várias as formas; a parceria vai desde o processo de formação, como já ocorreu com algumas das organizações que estão aqui, até também o financiamento efetivo, porque a gente precisa materializar a Marcha.

Eu até já falei para a Ana, no final de semana, e para as gurias: para o ano que vem, metade do *banner* é parceria, porque, cada vez mais, está aumentando. Se vocês olharem, bem no cantinho desse *banner*, há um logotipo azul, que é da Assessoria de Direitos Humanos da Brigada Militar. É fantástico o que a gente conseguiu, ou seja, haver uma instituição da Polícia Militar na jornada lésbica, a gente transgrediu, e a Brigada transgrediu conosco! E aí eu vou expressar aqui, porque, publicamente, a instituição tem uma referência e ela está no Major Franklin, de ter assumido e estar conosco na jornada que vai estar com uma banca, com a presença da nossa convidada hoje aqui, a Rissandra.

Então, nós conseguimos, entendeu? Eu já estou me sentindo meio Obama, assim. Nós podemos, gente, a Brigada está conosco!

Eu me sinto muito feliz por tê-los e tê-las conosco, principalmente as mulheres, é claro. Este é um momento especial para nós da LBL.

Há uns três anos, no Plenarinho, onde está o teatro, eu disse, deve estar gravado nos autos, que não estaria nesta Casa se não houvesse a presença das referidas lideranças, porque, naquela época, fazíamos eventos na Câmara, em que havia só a nossa presença; a presidência nem comparecia. Isso também é um mérito que temos que registrar aqui, que é da gestão da tua Administração, nesta Legislatura. Se tu reparares, vais ver que nós não propusemos nada, porque eu disse, está gravado aí, que eu, enquanto Liga Brasileira de Lésbicas – LBL, não viria para este espaço para discutir conosco mesmo. Entendo que também avançamos. Mesmo que seja a Sofia e a Celeste, guardem esses nomes, nós avançamos. É verdade, 2012 vem aí, temos que ter a leitura de quem está ou não conosco. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A Sra. Jimena Furlani está com a palavra.

A SRA. JIMENA FURLANI: Eu queria dizer uma coisa: quando a Roselaine fala que essa é a única bandeira pela qual é capaz de dar a vida, eu quero lembrar que muitas pessoas

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

morreram pelas conquistas de direitos: Martin Luther King; Gandhi; John Lennon, no momento em que fazia campanha pela paz; as mulheres que foram queimadas na fábrica, o que deu origem ao Dia Internacional da Mulher; o Stonewall, em 1970, um bar *gay* que foi invadido; Kennedy, que supostamente estava se metendo muito nos direitos humanos e nos direitos civis de negros; Chico Mendes, pela ecologia.

Uma frase me veio agora à cabeça, com qual precisamos refletir, que é mais ou menos assim: o que mais me assusta, não é o barulho dos maus; é o silêncio dos bons. Eu fico pensando, quando os Deputados da Bancada, que impedem as Comissões Parlamentares, argumentando que chega de coisas pequenas ou do comportamento das pessoas. Na verdade, não existe nada de maior intromissão das religiões, do que a vida íntima das pessoas. Eu fico pensando que a gente, na Educação, com esses tipos de argumentos, sempre tentamos encontrar contra-argumentos. O trabalho de educadoras sexuais é um trabalho de inovação constante. Temos que, o tempo todo, estar raciocinando que forma de argumento pode contra-argumentar uma fala como esta que, na maioria das vezes, assusta os bons – os bons não reagem. A maioria das pessoas fica quieta, não diz nada nessa hora.

Mas o que me veio muito claramente é o seguinte: é papel do Estado proteger os seus cidadãos, é papel. As pessoas que ocupam cargos públicos têm que dar garantias aos seus cidadãos, independente dos motivos pelos quais eles estão em risco. Uma atitude como esta, que se nega a criar algo que vá proteger os cidadãos, para mim, é negligência na função. Não sei por que essas pessoas, então, foram eleitas. Elas foram eleitas para todo o povo e não somente para alguns.

Lá na Universidade, a gente costuma dizer muito bem algumas coisas. Eu sou Diretora de Extensão, Cultura e Comunidade. Esses dias, nós tivemos um ato homofóbico na sala de aula. O professor, dando uma aula de Geografia, disse: “É, esse autor foi muito importante para a Geografia, ele deu muitas contribuições, o único problema é que ele era *veado*”. Havia dois alunos *gays* na sala, e isso causou um impacto grande neles; um ficou louco da vida e tentou discutir com o professor, o outro saiu chorando da sala, um menino. Eu, imediatamente, assim que soube, mandei para todo mundo a nossa Resolução das políticas de inclusão da UDESC, para todo mundo, professores, funcionários, servidores, alunos, todo mundo recebeu. Mandei fazer cartazes grandes,

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

aquilo girou um tamanho transtorno, foi para o Facebook, foi para o Twitter. O professor queria até me processar, ele disse que ia me processar, mas o documento que eu fiz – eu nem sabia o nome dele quando fiz o documento, só soube do episódio – é genérico, fala de racismo, homofobia, sexismo, misoginia e tal. Mas aquilo criou a reação que sempre vai acontecer na sociedade e, por isso, eu sou muito otimista, eu não sou uma pessoa pessimista. Eu não vejo uma sociedade linear, a gente não está tendo retrocesso, a gente vai ter estouros de arrogância da norma. Isso que eu chamo de intransigência arrogante das pessoas que acham que estão certas, isso vai acontecer. Mas, gente, nós já fizemos muito. O Estado do Rio Grande do Sul é referência nacional. Por tudo que a Desembargadora Berenice fez – ela é referência nacional – e por todas as grandes conquistas por jurisprudência, cirurgia de redesignação sexual de transexuais, a gente aqui, tanto o Estado do Rio Grande do Sul como o Sul do Brasil, de um modo geral, é referência. A nossa contribuição, que está fazendo a história, já modificou este País, ele já é diferente. O problema é que ainda aquelas pessoas que se acham normais têm atitudes tão ríspidas e tão abruptas que dá a impressão de que a gente está regredindo. Mas a sociedade não é mais a mesma. Nunca a gente teria uma Câmara Municipal de Porto Alegre fazendo uma audiência pública com esta temática; nunca a gente teria uma universidade aprovando uma resolução de inclusão; o Conselho Estadual de Educação aprovando o nome social de travestis; as leis orgânicas incluindo orientação; a gente não está dando passos para trás, a gente está dando passos para frente.

Para mim, a coisa mais importante, quando eu dou uma aula ou faço um trabalho, é que as pessoas realmente mudem, que elas não sejam mais as mesmas. Eu peguei ontem do correio, chegou ontem, este aqui (Mostra livro.), que, para mim, é o livro mais bem feito, mais bonito, e eu vou dizer que um dos mais úteis para a escola. Eu desafio vocês a olharem e entender como todo nível de escolarização brasileiro pode discutir essas temáticas, considerando o grau de assimilação de cada criança, as temáticas importantes, a coragem política dos temas e a estratégia didático-metodológica.

Eu já disse lá na Universidade: eu poderia me aposentar, honestamente, eu estou satisfeita, eu já dei a minha contribuição para este País. E todo mundo aqui já deu, todos vocês, cada um de vocês que fazem isso, por isso a importância do que a gente faz, porque a gente sempre vai, de certa forma, mostrar que existem pessoas atentas e

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

causar algum constrangimento para que pessoas tenham motivo para não agir com violência, para começar mudar seu modo de pensar. Muitas pessoas não mudarão seu modo de pensar. Vou repetir: elas morrerão racistas, homofóbicas, machistas, sexistas, mas elas, em um determinado momento, vão botar o rabinho no meio das pernas e vão dizer: “Opa, não cabe mais a piada de bichinha, não cabe mais a piada de negro, não cabe mais a piada machista”, não cabe! Enquanto elas não tiverem um motivo a mais, essas pessoas que agem com violência, que se organizam, é porque elas estão seguras que elas estão com a razão, e essa razão delas que a gente precisa abalar. E a gente vai abalar de todas as formas, com leis, com livros, com *folders*, com passeatas no meio da rua. A gente tem que, o tempo todo, fazer esse mecanismo de contraponto, que é como eu chamo. Tem que ter um contraponto, não dá para o preconceito falar sozinho.

Bom, tem várias coisas, eu não quero monopolizar, agora, sobre o *kit* anti-homofobia, eu vou só dizer uma coisa para vocês: cada filme daqueles eu assisti oito vezes, eu até assinalei. Assisti a todos os filmes para não deixar de ver nada, e tenho certeza de que as pessoas não viram os filmes, porque eu ainda encontro hoje depoimentos de *sites* que dizem: “Segundo o deputado” – aquele nome do deputado, aquele deputado aqui citado –, “o filme mostra um travesti na frente do banheiro; ele entra no banheiro, lá tem um outro homem que olha para ele, e ele diz que está apaixonado.” Gente, essa cena não existe. Isso está citado, está reproduzido por um monte de pessoas que dizem que existe isso. As pessoas não viram, não assistiram. E eu posso dizer para vocês, de todos os filmes, o que eu faria, o que eu manteria, o que eu mudaria, e posso até explicar porque foi feito aquele roteiro. Dentro de quem analisa a lógica da educação e das reivindicações de travestis, lésbicas e homossexuais nos últimos 20 anos, por que aquele filme foi feito assim? Porque ele traz exatamente as principais expectativas, como o reconhecimento na escola, nome social, não fazer esportes como todo menino, ter entrosamento de pessoas que dão apoio, a importância da professora e do professor chamar o seu nome, o dilema na hora do banheiro, a questão de gênero e tal. Porque ele fica na frente do banheiro, ele não entra. Todos aqueles anseios colocados no roteiro do filme são as questões levantadas por travestis e transexuais nessas últimas discussões, nesses últimos 20 anos. Por isso o filme foi feito daquele jeito, mas, enfim, é outra discussão. A gente,

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

provavelmente amanhã, quando falar de educação, a gente vai trazer essas questões para discutir. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Aliás, olhar e analisar esses filmes era uma boa atividade de se fazer. A gente compra a versão. Recuou-se.

A SRA. JIMENA FURLANI: O Programa de Pós-Graduação e Educação da Unisul, que é a Universidade da Cidade de Tubarão, em Santa Catarina, vai fazer um seminário de formação de professores de pedagogia, no dia 16 de setembro – se não me engano –, e uma das coisas que a gente vai fazer é ver um dos filmes do *kit* e discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Vamos pensar uma atividade para cá. Há alguns que vão enlouquecer, não é Celeste?

A SRA. ANA NAIARA MALAVOTA: A gente está tentando fechar uma atividade com o CPERS, para fazer análise com professores.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Ótimo, já temos as parcerias. Vamos organizar uma reunião. (Palmas.)

A SRA. JIMENA FURLANI: Aliás, dá para ver todos. Um tem duração de sete minutos; outro, de três minutos.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): E a gente chama os educadores.

A SRA. JIMENA FURLANI: Dá para ver todos. É muito rápido.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Discutir com professores. Já é uma proposta de encaminhamento desta audiência pública.

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

A Sra. Claudia Penalvo está com a palavra.

A SRA. CLAUDIA PENALVO: Boa-noite a todas e a todos. Eu queria parabenizar a LBL e a Câmara por ter acolhido essa ideia tão maravilhosa. No SOMOS, nós, de ONG, aproveitamos todas as oportunidades, porque elas têm um valor muito grande para nós. O meu trabalho é muito voltado para a questão da Educação; eu trabalho em escola, já trabalhei muito com a Ângela, e hoje em dia está mais claro ainda a ausência de reconhecimento do valor político que a Educação tem ou é. Existe todo um trabalho, quase que ridículo, porque atualmente tenho trabalhado com as professoras a questão da interdisciplinaridade e da transversalidade, que seria o tema da orientação sexual, como a sexualidade deveria ser trabalhada, e elas nem sabem o que significa transversalidade e interdisciplinaridade, nem conseguem dizer essas palavras. O que mais tem aparecido para nós, em todo esse tempo em que temos trabalhado em escolas e com profissionais de Saúde, é o fato de que elas não sabem o que fazer quando alguém se revela gay, lésbica, bissexual, travesti! Esses profissionais de Educação e de Saúde não sabem como agir, o que fazer!

Realmente, temos tido muitos avanços, não dá para negar isso, mas também não dá para negar que nós estamos em situações muito complicadas e muito difíceis. As pessoas ainda não conseguem trabalhar, ou são expulsas do seu trabalho, ou expulsas da escola, ou expulsas do posto de Saúde por serem quem são, por expressarem a sua orientação sexual. Isso não dá mais para se admitir! Estamos em 2011; nós, como cidadãos e cidadãs de Porto Alegre – só vou falar no nível de Porto Alegre – temos que exigir, sim, do Executivo, do Legislativo, ações efetivas, efetivas mesmo! Nós que trabalhamos especificamente com a questão da AIDS – hoje nós temos o Gérson à frente -, ao longo do tempo, tivemos um desmanche da política de AIDS no Município de Porto Alegre, o que foi catastrófico! Não é por acaso que Porto Alegre está no *ranking*. No Rio Grande do Sul, Porto Alegre é modelo? Sim, nós somos modelo, atualmente, péssimo! Ruim! Feio! Triste! O que nós temos que fazer? Atualmente, nós também estamos em crise nos conselhos de Direito! Os conselhos, tanto em Porto Alegre como no Rio Grande do Sul, estão em verdadeira crise, as pessoas não querem mais participar! Talvez o modelo seja

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

péssimo, precisamos rever as coisas. Então, nós precisamos atualmente de atitude. Realmente, 2012 está aí e nós precisamos confrontar os políticos, confrontar as pessoas – afinal, o que é que tu pensas? Como é que tu pensas? Como é que tu ages? Como é que vai ser? –, para podermos cobrar depois e estarmos juntos. Que sociedade nós queremos? Que Município nós queremos para nós? Que democracia é essa que nós queremos? Então, é fácil: eu vou lá, voto e depois esqueço. Não, ser cidadão ou cidadã exige trabalho. E é isso que a gente tem trabalhado atualmente numa escola, porque as pessoas dizem: “Puxa, mas dá trabalho!” Dá, dá trabalho ser gente no mundo de hoje, porque tu tens que ficar de olho, ficar cobrando. Isso incomoda.

Às vezes, a gente está no supermercado e a moça pergunta: “Gostaria de doar um centavo?” “Não, eu não quero doar nada, porque eu já pago imposto, já faço tudo o que eu tenho para fazer. Eu, inclusive, tenho feito mais do que muita gente. Então, não quero; quero meu dinheiro de volta.” E isso que é tão complicado, porque nós, que trabalhamos em ONG, precisamos exigir também, tanto do Executivo como do Legislativo. Eu aprendi uma frase, há pouco, no Rio de Janeiro, que é: sem investimento não tem comprometimento. E o pior é que, de um tempo para cá, tem se visto muito isso. Então, as ONGs podem fazer as coisas de graça. Hoje mesmo ligaram para o SOMOS para fazer uma palestra de graça. Mas por que é que tem que ser de graça? De graça eu faço no público, por ter o valor e a importância que tem. Mas, mesmo assim, eu preciso de projeto para bancar várias coisas. Em tudo isso que nós estamos falando nós temos que ter um cuidado muito grande, porque estamos lidando com pessoas, com gente. Então, nós não podemos expor as pessoas. Tem um colega meu de um curso de Especialização que eu fiz no GEERG, na UFRGS, muito entusiasmado com tudo o que ele estava aprendendo na faculdade, chegou na escola dele e resolveu fazer uma dinâmica, e todos os alunos iam poder entregar bilhetes e falar o que interessava para o outro colega. E um menino se sentiu no direito de revelar a sua paixão, o seu amor por um outro colega. Gente, isso gerou um problemão, que o outro menino, o que recebeu a declaração de amor, de afeto, acabou saindo da escola. Então, a gente tem que ter cuidado com isso, porque não é para acontecer esse tipo de coisa; pelo contrário, é para as pessoas estarem aprendendo a conviver, aprendendo o quanto a diversidade é saudável para todos e todas, não é só para alguns, é para todo mundo, porque todos nós estamos no

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

mesmo barco: não tem um barco dos homofóbicos e um barco dos... Isso é algo que eu, particularmente, tenho cuidado bastante, cuidar o meu fascismo, porque é muito fácil a gente queimar quem é homofóbico, por exemplo. É muito fácil! Eu escuto cada coisa por aí que fico com o meu cabelo em pé. O quanto eu preciso dar limite, mas sem trucidar a pessoa, não é?

Eu queria agradecer, e o mais importante é a gente estar junto, construindo, em todos os espaços possíveis. Acho que é algo que só vai fazer com que a sociedade cresça e avance. Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A Jucele Comis, do bar Passefica, está com a palavra – é o bar mais famoso de Porto Alegre na atualidade.

(A Jimene Furlan se manifesta dizendo que no tempo em que morou em Porto Alegre, nos anos 2001, 2002 e 2003, não havia o bar Passefica.)

A SRA. JUCELE COMIS: Boa noite a todas e a todos, cumprimento em especial a Sofia, que preside esta importante audiência; as companheiras da LBL, e também quero fazer um cumprimento muito carinhoso a uma companheira de jornada incansável, que tem andado comigo para baixo e para cima, que é a Ver.^a Maria Celeste. O Ver. Pedro Ruas não está aqui, mas é outro lutador desta causa, que é a causa da justiça, que é a luta contra a homofobia e contra a violência, e este é um tema que eu acho de uma importância singular nos dias de hoje. Eu sou Jucele Comis; fui professora, agora sou proprietária de um bar aqui em Porto Alegre, na Cidade Baixa, que tem sido o símbolo do enfrentamento e da resistência à intolerância e à violência, violência que eu tenho sofrido desde o dia em que assumi o bar. Está aqui o Mário, que já conhece o bar, também tem a Mara, a Sabrina, que mora no prédio, sabem que aquele espaço não tem nada de mais, mas tem uma questão peculiar: é um espaço de convivência de gays, de lésbicas, e, por isso, incomoda. Assim como incomoda eu e continuarei incomodando por ser homossexual.

Lá no condomínio, tem um senhor, um cidadão que era síndico, renunciou no dia 30 de junho, depois de muito enfrentamento. Assim, confesso para vocês, não quero fazer

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

lamúrias, acho que temos de olhar, e eu não permito isso de ficar chorando, porque, enfim, já passei por vários estágios de adoecimento e tudo mais.

Mas aquele espaço, eu digo sempre, se fosse uma padaria, uma livraria, eu já teria feito outra coisa, já teria saído dali, mas eu não saio dali, e ninguém vai nos tirar – e isso, não é uma vontade minha, é por todos aqueles que vêm lá e sentam nas mesinhas lá fora para tomar uma cerveja e conversar –, que não fazem nada de mais, que apenas o grande problema é serem gays. E ali usaram esse senhor, esse homofóbico que me assedia, me assediou e continua lá ainda, porque mora no prédio, me assediando. Usou de todo expediente possível e imaginável – a Sofia conhece a história, que veio aqui para a Câmara, em fevereiro, quando fizemos uma audiência pública para tratar desta questão –, e aí serviu a lei. Meu grande inimigo hoje, porque eu, de vítima, passei a ré nessa história toda. Querendo me tirar o direito de ter oito mesas na rua, no espaço da calçada, que é, tranquilamente, organizado, é dado o direito a um metro e meio para o trânsito das pessoas. Não há excesso de volume, enfim, de barulho; as portas do bar ficam fechadas, porque manda o alvará, e eu tenho uma fiscalização assim exemplar da SMIC, que me bate lá uma vez por mês, no mínimo, de forma autoritária, com as denúncias do dito senhor. E aí a cassação do espaço desse grupo de pessoas, enfim, dessa coletividade. Começou pelas mesas na rua. Depois, no dia 17 de julho, agora, o advogado do síndico, que agora não é mais, mas o condomínio terá, e até peço a interferência de todos que puderem, porque, na semana que vem, dia 31, temos uma assembleia onde a primeira questão está lá: pauta da assembleia de condomínio – alteração da convenção para a permissão das mesas na rua para o bar Passefica. É uma boa vontade do novo síndico, é uma outra visão, e eu tenho separado do todo, que me faz sofrer, que me oprime e que me violenta.

Mas tem um limite isso, e alguém usou a frase: o mal prevalece, porque os bons se calam. Chega a hora em que as pessoas têm que se manifestar: 700 assinaturas, entre juízes, clientes meus, colegas da Brigada Militar, enfim, pessoas, clientes, mas unidos numa mesma luta. E hoje a minha voz não é minha mais, é a desse coletivo.

E quero dizer que avançamos, mas avançamos em passos lentos. Eu dizia para a Celeste, ali do lado, que não dá nem para adoecer. Por quê? Porque são poucas as

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

figuras que empunham a bandeira da justiça, e estar defendendo isso, esse espaço de convivência, isso é defender o mínimo!

Quero aproveitar para fazer mais uma denúncia que a gente fica sabendo, de há menos de dois meses, de agressões gravíssimas a travestis na nossa querida Porto Alegre. Gravíssimas, de um fundo de preconceito homofóbico, mas também salvaguardada por uma postura de poder, enraizada no poder econômico. Figuras que são filhinhos de papai, de juízes, de médicos renomados desta cidade que saem cortando e agredindo meninos pobres travestis.

Aconteceu um caso que não saiu na mídia, e eu fiquei sabendo por uma cliente que trabalha na Polícia Civil, que testemunhou que o Delegado foi muito firme e correto nessa questão, mas uma questão que não veio a público. E me preocupa quando essas denúncias não vêm a público, quando se fecha a violência só na salinha do delegado. É uma preocupação séria, e eu me preocupo com a minha vida também. O nível de loucura desse cidadão ultrapassa todos os limites. Mas acho que não podemos temer a morte; enfim, a vida é um risco. A nossa causa é nobre. Precisamos fazer muito, porque a luta, enfim... Está aí o art. 150, lá de 1995, mas eu acho que é hora de a gente se juntar, é importante – aqui eu ouvi a fala da representante da Secretaria Estadual de Educação – que se junte e se consiga fazer um grupo de frente a isso, tudo bem maior do que já somos.

Com certeza, a importância dos escritos e dos trabalhos da Maria Berenice Dias é fundamental! Quiçá possa ajudar aqui no enfrentamento que a Maria Celeste, que a Fernanda Melchionna, que a Sofia e o Pedro Ruas estão fazendo para tentar criar essa frente. Uma proposta que eu trago aqui é que nós façamos uma varredura dentro da Câmara de Vereadores, Vereador a Vereador, pressionando e tentando fazer. Olha, não dá para discursinho como esse ficar valendo, não tem mais como. Eu acho que é assim, é a gente se levantando que a gente vai cessar pelo menos um pouco, e outra: precisa, sim, ser aprovada a PEC aquela, a PL 122, que está lá.

Eu não consigo caracterizar a violência que eu sofro como homofobia. Não consigo! Eu fiz três BOs na Delegacia da Mulher – fui muito bem atendida, mas foram três –, e o caso ainda não está concluído. Agora já é agosto, de janeiro para cá, desde o ano passado. Fui, em março do ano passado, tentar registrar uma ocorrência contra essa violência que

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

sofri, e simplesmente fui desestimulada na Delegacia, enfim, uma Delegacia de Polícia aqui da Cidade. Depois, me orientaram que talvez na Delegacia das Mulheres, então, lá seria; e foi, realmente, mas mesmo assim é muito lento. Enquanto isso, eu estou com o Ministério Público atrás, um processo, uma liminar de interdição daquele espaço que nada mais é do que uma violência ao coletivo. Estou também com processo contra minha pessoa, e aí vai.

Então, acho que a gente precisa de mais agilidade. Esses dias, eu confessei para o Ruas, porque ele me ligou, e eu chorava no meio da rua porque, um dia, eu recebi uma intimação; no outro era outra, e aí eu e a Celeste fomos... três vezes nós sentamos com o Ministério Público. Três! Não foi uma nem duas. E eu tive que bater na mesa e dizer: “Chega de utilizarem a Lei para encobrir o preconceito”. Porque, se tem um decreto que me dá legitimação, tem uma lei que não me legitima, que é história... é o decreto, quer dizer, isso é um argumento, é fugir da verdade. Só que o Ministério Público serve, e sabendo, porque eu relatei toda a história das fotos que o cidadão tirou e enviou sem nenhum critério, tornando públicos os clientes que estavam no bar, várias vezes. E contra isso foi a minha denúncia. Então, ele, por si só, desrespeitou vários direitos, várias leis. O denunciamento: por que moveram ação no Ministério Público? Qual é o problema? Foi por poluição sonora, visual e mau cheiro. Eu disse para o Secretário Nagelstein: se há mau cheiro, tem mais é que fechar. Eu desafio. Só que a Promotoria não foi, o Ministério Público não foi lá ver se havia mau cheiro, se havia não sei o quê. Simplesmente assinou. Então, é lamentável que em 2011 tenham-se essas posturas, porque isso é, realmente, o que nós temos que enfrentar. Eu me senti desamparada. Eu acho que a questão legal, a lei, mais uma vez nos serve, porque segura. É aquela história que Martin Luther King disse: pelo menos não vão me linchar. E trago de alguma forma também a vontade daquelas pessoas que vêm àquele espaço para conversar, tomar a sua cerveja, mas também com um olhar diferente. Um olhar para os direitos, para a vontade dessas mudanças, que legitimam a ação que a Ver.^a Maria Celeste faz na Câmara, que a Ver.^a Sofia Cavedon, enfim, e todos os encaminhamentos que aqui se dão através da luta que nós, os ativistas, fazemos. Então, quero dizer para vocês, que são figuras públicas, que têm na mão uma tarefa muito importante, não desanimem, porque alguns, muitos, inúmeras pessoas que a gente nem vê, mas nos acompanham. E aquele espaço está

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

aberto, sim, para todas as ações de vanguarda contra o preconceito, contra a violência, para um mundo melhor, enfim, para uma sociedade mais livre, para uma Porto Alegre melhor para o futuro dos meus filhos e de outras crianças que vêm aí. Acho que não é possível que a senhora se aposente, porque muita coisa há que ser feita, e não é dado esse direito a quem vê a luz e não pode mais voltar para a escuridão. Então, eu quero parabenizar a Naiara, a todo o grupo da Liga, e dizer que esta semana é superimportante. Ontem nós tivemos uma oficina sobre sexualidade lá no bar, dada pelas Mulheres Rebeldes e Corpos em Revolta, que também reuniu um pequeno grupo. Enfim, que possamos fazer aqui e ali esses espaços de discussão, porque nós só vamos desconstruir as verdades desvelando. Quer dizer, trazendo-as para o debate, discutindo, brigando e batendo na mesa. E aqui nós somos parceiros de todos para fazer isso. Acho que a nossa causa é muito nobre.

Obrigada, um abraço a todos. O Bar Passefica fica na Rua República para quem quiser conhecer, estamos lá e será um prazer recebê-los. É o bar da diversidade.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Sr. Gerson Winckler está com a palavra.

O SR. GERSON WINCKLER: Boa-noite a todos e a todas. Eu queria, primeiramente, salientar e falar um pouco do que eu chamo das discriminações de segunda e terceira geração.

Há nove anos, eu e meu companheiro fizemos uma adoção, uma das primeiras adoções fruto de uma relação homoafetiva, e eu venho nesses anos todos contando um pouco dessa história e tentando desmistificar essa questão do que é a paternidade do ponto de vista das relações homoafetivas.

É uma discriminação de segunda geração, porque não é uma discriminação que afeta só a mim, enquanto pai *gay* de uma criança que se apresenta de uma relação homoafetiva. Embora haja todos esses avanços, toda essa jurisprudência, toda essa legislação que vem possibilitando que casais *gays* venham a ter a felicidade de fazer uma adoção, a sociedade e as instituições, de uma forma geral, não estavam preparadas para isso. Não só quando a gente vai apresentar o filho para a escola e como as escolas e como as instituições reagem a essa forma nova de família, mas, de outro lado, como as crianças

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

reagem a isso. Então, apresentar para uma escola uma criança que tem dois pais ou duas mães requer não só muito cuidado, mas muita delicadeza para fazer com que as instituições venham a entender que processo é esse. Não falo só na escola, mas também no condomínio, falo também na discriminação que as próprias crianças geram ao fazer esta pergunta: tu tens dois pais, dois homens vêm à reunião de pais, ou, duas mulheres vêm à reunião de pais dentro do colégio, o que significa isso? De uns anos para cá, eu passei a contribuir com o Judiciário no sentido de fazer as mediações de famílias que vão fazer adoção, seja de crianças com HIV... Eu tenho feito muito isso, propiciando às famílias adotarem crianças que estão no abandono por serem soropositivas, e também de crianças que vão ser adotadas por famílias constituídas de gays e lésbicas. Eu trago um exemplo na relação com o Instituto de Identificação. Nós ficamos horas e dias esperando o Instituto de Identificação fazer a alteração no registro, onde era obrigatória a presença da mãe, e não havia campo para dois pais. Eu e o meu guri ali, e ele dizia: ele não é minha mãe, ele é meu pai. Eu dizia: eu sou pai dele, ele tem dois pais, e esse nome comprido que ele tem, porque leva o nome dos dois pais, que é uma experiência dele, única, tem que ser registrado no Instituto de Identificação. Aí ficou aquela pendenga, e eu disse que eu não iria aceitar que me colocassem como mãe porque eu não sou mãe, e eles teriam que abrir um outro campo para o segundo pai. Aquilo foi para a Direção, voltou, enfim. A mesma história se repetiu na confecção do CPF dele, que era também a composição da família, e de o sistema não aceitar a possibilidade de a criança ter dois pais ou ter duas mães. Fora isso, nós temos uma história que vai ser contada por essa criança; ele já está com 13 anos, daqui a pouco terá 15 anos; ele está contando a sua história e está também protegendo a sua história. E ele aprendeu a proteger a sua história, à medida que ele sofre discriminação, quando no jogo de futebol, na pelada de futebol, chamam ele de bicha, e ele faz a defesa, não a defesa da pessoa dele, mas a defesa do orgulho dos pais gays que o adotaram, e que ele defende naquela atitude de briga, de violência. E até os meninos mesmo, na sua crueldade, na crueldade da infância, que é normal, entendem que aquilo vai ser a provocação dele, e que ele vai reagir em cima daquilo.

Então, nós estamos constituindo uma história de diferença, e de diferentes, já numa segunda e terceira geração. Ele vai contar essa história, e ele vai possibilitar que essa

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

história seja mudada a partir do discurso de quando ele estiver, por exemplo, numa tribuna, contando a história da vida dele, dizendo que os pais eram *gays* e que a vida dele mudou a partir desses pais, e que não foi uma vida na fantasia que essa sociedade pensa, que pais *gays* que adotam é para abuso ou é para colocar em trabalho escravo. Não. Mas numa trajetória de respeito, de educação, de afeto, e do direito, enfim, de que os *gays* e lésbicas têm direito a paternidade. Era isso. Obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Superimportante esse depoimento, mais uma dimensão – e grave. Pessoal, eu quero compartilhar com vocês um problema. É que eu estarei no “Conversas Cruzadas” às 22h, sobre o tema da greve dos municipais. Tenho que chegar às 21h45min, então, eu vou ficar em mais duas falas, e preciso sair; não sei se a Celeste vai poder conduzir até o final.

A Sra. Claudete Costa está com a palavra.

A SRA. CLAUDETE COSTA: Antes de mais nada, boa-noite a todos! Quero dizer a quem me conhece que desta vez eu serei absolutamente econômica nas palavras, que é um absurdo na minha vida, pois sou de natureza expansiva, radialista e jornalista por formação; lésbica, graças a todas as deusas que me antecederam. Dizendo isto, quero agradecer à Acotirene e a todas as mulheres negras que nos precederam e que vieram para este País sem convite; e agradecer principalmente a uma mulher negra, lésbica, alforriada, seviciada, atormentada, baiana e a primeira lésbica a ser assassinada pelo sexismo da Igreja Católica Apostólica Romana: Felipa de Souza.

A Liga Brasileira de Lésbicas, em 2009, fez uma pesquisa durante um ano e meio com a UFRGS e o Núcleo OPACs, Fundação Médica do Estado do Rio Grande do Sul, que era o nosso guarda-chuva, e coletivo independente de mulheres negras Candaces, do qual a companheira Maria Odete participou juntamente comigo, aqui, no início do Rio Grande do Sul – eu participando do Conselho e a companheira militante da Candaces. E a Candaces nasceu no Rio Grande do Sul e se espalhou pelo resto do País. Infelizmente, hoje, a Candaces está em fase de reformulação e, no Rio Grande do Sul, não existe.

Essas duas pesquisadoras, portanto, uma negra e uma pouca tinta, fizeram uma pesquisa durante um ano e meio, e, para contribuir com a Professora Jimena e dizer à Mesa, à

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

Maria Celeste, à Ver.^a Sofia, à companheira do Somos, ao companheiro Mário, que, neste País, morrer é fácil; viver é que é difícil. Infelizmente, ainda hoje, o mais fácil é ser assassinada do que ter profissão, casa, comida e roupa lavada. Teve uma época na minha vida em que eu ganhei salário para fazer poesia na cidade mais violenta do Estado, chamada Alvorada de onde eu venho. Lá fiquei e lá estou desde 1997, levando o nome da LBL, da Rede Nacional Afro-Brasileira de Saúde; trabalho com Comunicação e Saúde, e sou uma resistente.

Quero dizer às companheiras que a questão da invisibilidade foi o que baqueou este coração bobo e bobo coração, que ficou dilatado pelo uso intensivo de corticoide O médico japonês de Pelotas olhou para mim e disse: “A senhora fez quantos anos?” “Faço 61 anos no dia 3 de dezembro”. Ele disse: “A senhora é bem positiva”. Respondi: “Sou, doutor; sou lésbica”. Houve um silêncio na sala, e o japonês, se houvesse qualquer Deus, ele tinha se recolhido aos costumes, porque não esperava. Além disso, a perna direita da trombose cicatrizou, o coração está levemente dilatado, portanto, eu tenho direito, até mesmo pelo Estatuto da Melhor Idade, de fazer alguns desatinos.

Na pesquisa, o local de maior discriminação, do queixume, do preconceito e da homofobia, na área da Saúde, é no trabalho. No trabalho é onde você é obrigada a botar batom, vestir saias, usar brincos e adornos feministas. Eu sou fruto disso, sou testemunha disso. Na década de 1970, quando fiz o concurso para a Justiça, porque eu venho da área da Justiça, as mulheres eram proibidas de usar calça comprida, nós só podíamos usar saias até o meio da perna, blusa com jabô e terninhos. Ainda bem que existiu Coco Chanel, porque, depois que ela inventou as calças compridas, lindas e maravilhosas, nós incorporamos, de 1960 a 1968, brigamos com o Desembargador, sexista, machista, passado, desaforado, para usar calças cumpridas. E a nossa alegação técnica era de que havia uma escada em caracol, e que eles todos ficavam embaixo, olhando as nossas calçolas, porque, naquela época, a gente usava calçola, não era calcinha, não.

Então, depois dessa brincadeira, quero dizer à Prof.^a Jimena que esse Protocolo de Saúde está lá pensado no Ministério da Saúde, e no nosso *site* que está aqui. Os índices do preconceito, da homofobia e da invisibilidade são uma coisa preponderante para o adoecimento de cada uma das nossas mulheres aqui no Rio Grande do Sul. Coincidentemente, mais duas pesquisas, parecidas com a nossa, na mesma época, foram

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

realizadas em Pernambuco e no Estado do Rio de Janeiro. Parece que tínhamos encomendado a mesma pesquisa, e dizer que o protocolo que nós assinamos, enquanto Liga, e levamos um ano e meio, em Porto Alegre, com a Comissão Municipal de Saúde com a Dra. Luciane, com a Secretaria Municipal de Saúde, é o primeiro no País, é inédito e está sendo recomendado – através do Conselho Nacional de Saúde, no qual temos assento, bem como na Comissão LGBT e na Comissão Intersetorial de Saúde – para servir de balizamento a todos os profissionais da área da Saúde do País. Ainda não conseguimos chegar ao Ministério, mas chegaremos lá.

Gostaria de dizer que a Liga tem participado ativamente de algumas Marchas históricas, desde a primeira Marcha das Margaridas, em homenagem à Margarida Alves, sindicalista assassinada. A companheira Naiara faz parte da Coordenação Estadual da Marcha Mundial de Mulheres. A Liga participou, através dela, alguns quilômetros com mochila nas costas, em São Paulo, no ano passado. Nós participamos da Rede Feminista de Saúde, através da qual, em 2003, a Liga se constituiu em Porto Alegre, logo aqui, atravessando a rua, no Fórum Social Mundial. Foram longos de trabalho, de diversidade e de sobrevivência e resistência. Eu só quero dizer à nossa companheira do Somos, que só discordo da sua fala em um item. Acho que o amor constrói, e o ódio mata. Aos homofóbicos, cabe educação, a reinvenção e a prisão; o perdão, será difícil de dar, porque todos nós nascemos sem preconceito e sem homofobia, fomos educados para isso. Então, o trabalho da desconstrução, apesar do amor que eu tenho ou do ódio que eu possa ter ao outro, eu tenho que clamar, todos os dias, por justiça, mesmo que me doa. Mesmo sorrindo, tenho que ter a capacidade de encaminhar ele ao lugar certo. Entre morrer e viver, eu prefiro continuar lutando. É só isso que quero te dizer, porque acho que temos que exercitar o perdão, mas homofobia é ódio, e só é ódio para quem luta, quem não conhece e quem não sabe. Gostaria de dizer que, infelizmente, para nós, há três casos emblemáticos neste País, que ainda não foram resolvidos, da menina de 15 anos, assassinada por um irmão e violentada por um outro, por ordem da sua família em Mato Grosso do Sul, uma menina de 15 anos e a sua namorada de 17 anos está em tratamento psiquiátrico. Uma menina do Movimento Lésbico, assassinada, porque beijava a sua namorada num portão de um bairro nobre de São Paulo. E, para não deixar impune, em Porto Alegre, no último final de semana, um transexual feminino, médico de profissão,

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

portanto não da periferia, na esquina da Av. Azenha, foi violentamente atacado, porque ousou se travestir de mulher, que é o seu estado de gênero, foi retirado do seu carro, arranhado e batido e teve que ter segredo de Justiça e o seu rosto tapado na cobertura do jornalismo, de uma família de Pelotas. Aqui, em Porto Alegre. Então, acho que todas nós, militantes, temos que botar a cara na rua, mas a gente não pode voltar para a casa pela mesma rua, ainda. Um abraço, muito obrigada a todas e viva a liberdade que nós construímos com tanto esforço.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito bem. A Claudete disse que ia falar pouco, mas seria uma pena, se tivesse falado pouco.

Convido a Ver.^a Maria Celeste que prossiga a condução dos trabalhos, porque tenho que me ausentar, os municipais também estão numa situação dramática, o pessoal da Saúde. Fui indicada para estar com eles no debate do Programa Conversas Cruzadas.

(A Ver.^a Maria Celeste assume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Maria Celeste): A Sra. Carla Zitto, representante da FASC, está com a palavra.

A SRA. CARLA ZITTO: Boa-noite a todos, a todas, quero dizer que a minha fala é que, se o conhecimento dá poder, quanto mais a gente conhece, mais a gente ama também. Então rapidamente eu quero dizer que é importante que a gente possa ter como pauta das nossas ações continuadas, das nossas formações dos profissionais que hoje estão à frente da Assistência, a discussão sobre este tema. Que a gente possa, assim como no exemplo do protocolo da Saúde, do atendimento, a gente também possa levar isso para a área da Assistência, para área da Psicologia, para área da Educação. Quero compactuar da proposta da nossa colega da Educação de que a gente possa também fazer essa discussão, olhar o filme, como encaminhamento, e discutir isso no âmbito da Assistência. E quero dizer que somos parceiros, e estamos à disposição, e que o tema tem que estar sempre na nossa pauta, ele tem que ser aquela voz que nos acompanha todos os dias, em todos os momentos, porque temos que lutar pela não violência, temos que enfrentar

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

esse processo de violência que hoje nos abate, ou que abate a sociedade em seu todo. Então quero deixar aqui o nosso registro de parceria e apoio a todo o movimento e a toda essa discussão que estamos fazendo aqui e parabenizar a Câmara de Vereadores, a todos os grupos pela iniciativa. Era isso, uma boa noite. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Maria Celeste): Muito obrigada, Carla Zitto, representando a FASC nesta nossa audiência.

O Sr. Mário, representante da Secretaria de Direitos Humanos na Coordenadoria dos Direitos Humanos, está com a palavra.

O SR. MÁRIO DE AZAMBUJA: Boa-noite, a minha fala será super-rápida. Primeiro, quero dizer que me sinto privilegiado por estar aqui hoje, não sei se vocês repararam, mas nós tínhamos, até o momento, duas presidentas aqui conosco: a Presidenta Maria Celeste, da Comissão de Direitos Humanos; e a Presidente Sofia. Quero dizer que isso me faz lembrar da história de algumas mulheres nesta Casa, entre vocês, entre a Ver.^a Maria Celeste e a Ver.^a Sofia Cavedon, acrescento ainda a companheira Helena Bonumá, que foi uma das precursoras da discussão sobre a Secretaria de Direitos Humanos – que depois foi criada. Essas mulheres têm história, assim como todas que estão aqui na militância de direitos humanos.

Eu tinha solicitado o meu tempo para dar mais fala para a Professora Jimena, porque eu queria aproveitar, mas, como amanhã nós já vamos nos encontrar de novo...! Quero parabenizar a LBL pelo evento, pela organização da Liga, como um todo, as gurias, eu acompanho mais vocês diretamente, de perto, há um ano e meio ou dois anos, e eu digo que a organização de vocês é algo incrível.

Também quero dizer que, das coisas que eu acho mais importantes da Liga, do que eu venho acompanhando, é aquela palavrinha que é meio simples, mas que remete a uma coisa superimportante e que, inclusive, consta no Programa Nacional de Direitos Humanos, no eixo orientador que fala sobre interação democrática entre estados e sociedade civil; o que eu ressalto, então, é a palavrinha autonomia.

E, entrando um pouco na fala da Claudia, da companheira do Somos, quero dizer que há necessidade de uma convergência na agenda política, com relação à criação e ao

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

fortalecimento de mecanismos, na verdade, que possibilitem a permanência e o constante fortalecimento da autonomia dos movimentos sociais, no que diz respeito à formulação e implantação da agenda dos órgãos executivos, no caso.

A terceira coisa que eu quero falar, rapidinho, é um convite, para amanhã, aqui nesta Casa, no Plenário Ana Terra, para a abertura da 1ª Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT de Porto Alegre. Isso é histórico para a Cidade, para os movimentos sociais que demandam e que vivem cotidianamente tudo que a gente tem discutido aqui. Quero convidar todos que estão presentes aqui para virem amanhã. Nós vamos ter a fala da Professora Jimena, que a gente vai aproveitar um pouquinho mais. E, segundo ela, na vinda do Aeroporto nós vínhamos comentando, ela preparou uma fala diferente para cada dia. Quem não vier, vai perder. Basicamente, é isso: a conferência se inicia amanhã, quero enaltecer o trabalho das nossas Presidentas daqui e da Liga, e provocar a discussão dessa rede de políticas, que eu acho necessário aperfeiçoar e fortalecer a criação de fundos, pois os fundos municipais são mecanismos importantes de autonomia para os movimentos sociais. Também, além de convidar, parabenizar as gurias da Liga. E eu ia provocar que nós todos fôssemos lá no Passefica tomar uma cervejinha, que é a mais gelada da República. Era só isso que eu tinha para dizer, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Maria Celeste): Muito obrigada, Mário. Antes de passar para as considerações finais da nossa painelistas, professora Jimena, a Sofia já elencou alguns encaminhamentos que eu quero socializar e ver se foi esse o resultado desta Audiência de hoje.

Primeiro, organizar um debate a partir dos filmes do *kit* anti-homofobia; acho que isso já está bem trabalhado, e a gente pode, junto com a SMED, pensar num debate e, certamente, a professora Jimena estará incluída na pauta de discussão desse trabalho.

A segunda questão, que ela anota como encaminhamento, é a denúncia da agressão apontada pela Jucele. Amanhã, pela manhã, nós teremos esse momento, às 9h30min, na Comissão de Direitos Humanos, com o Delegado Jardim, onde vamos encaminhar oficialmente esse relato de hoje também.

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

O outro que a Sofia anota é que a Câmara Municipal pudesse fazer uma moção de apoio ao PL nº 122, encaminhando-o ao Congresso Nacional para sua aprovação. Tenho absoluta certeza de que a gente conseguirá aprová-la – desde que o conteúdo do PL não seja discriminado! – rapidamente neste plenário. Mas, com certeza, vamos fazer um trabalho nesse sentido.

Por último, eu sugeri para a Sofia também que, a partir dessa iniciativa, do debate da Dra. Berenice, do Estatuto da Diversidade, o PL, que possamos trazer para uma Sessão temática de quinta-feira; nós temos uma experiência diferenciada, todas as quintas-feiras à tarde nós trazemos algum painelistas, algum tema para que os Vereadores se apropriem da discussão específica desses temas. Hoje à tarde tivemos a presença do Juiz do Direito da Infância e da Adolescência, Dr. Saraiva, que veio falar sobre a justiça do ponto de vista do ato infracional para adolescentes, e foi extremamente importante. Acho que esse tema do Estatuto da Diversidade, se nós pudermos contar com a Comissão da OAB e a presença da Dra. Maria Berenice, com certeza, logo a seguir a gente aprova a Moção de Apoio ao PL nº 122. Então, também coloquei, dentre os encaminhamentos, que podemos organizar na agenda desta Casa esse trabalho, porque aí os Vereadores estarão no plenário e certamente vão ouvir da OAB, do Judiciário, uma voz diferenciada que pesa muito aqui, do ponto de vista desta Casa. Nós precisamos sempre construir estratégias e diferenças para avançar nesse sentido. Consulto se há mais algum encaminhamento que ficou pendente, desses que a Sofia anotou e que eu sugeri. É isso?

A SRA. MARA FELTES: Eu havia comentado com a Celeste antes, em função da negativa desta Casa à proposição da Frente LGBT, que eu acho que não cabe ficar se desgastando com a Frente. É o meu ponto de vista. Eu acho que a Frente é uma estratégia, mas Porto Alegre está muito aquém das proposições de políticas públicas. Está ali, a Professora Jimena mostrou, um artigo de lei orgânica. No ano passado, por ocasião da Jornada, eu estive em São Leopoldo. Vocês têm que ver o que são os artigos da Lei Orgânica de São Leopoldo no que se refere às questões de orientação sexual e identidade de gênero.

Então, Porto Alegre precisa reavaliar essas questões. E, para mim, a gente vai reavaliar isso, nesse espaço que infere as leis, propondo projeto de lei mesmo! Projeto de lei que

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

garanta o acesso aos meninos e meninas, de acordo com a sua orientação sexual e identidade de gênero, às escolas. Projeto de lei que garanta aos funcionários públicos da Administração Municipal de Porto Alegre a sua legítima identidade de gênero e construção do nome social e assim por diante. Projeto de lei que garanta aos funcionários e funcionárias públicas não só o direito à reclusão, como diz o Decreto assinado em 2004 pelo Prefeito João Verle, não só o direito à pensão em caso de morte ou reclusão, mas toda a extensão dos benefícios.

Ontem, o Governador do Estado assinou um protocolo em que os funcionários públicos e as funcionárias públicas do Estado do Rio Grande têm todos os direitos estendidos. Em Porto Alegre, a gente não tem isso – viu, Eloá? –, a gente ainda está na jurisprudência. A tua companheira fica doente, e tu crias jurisprudência. A gente já passou por isso. As pessoas não acessam, não vão porque entendem que não têm esse direito. Eu posso ficar aqui elencando isso, várias companheiras podem aqui ajudar, mas esses são os que me atém rapidamente. Em Porto Alegre, podem inclusive criar isso, mesmo que alguém possa me dizer que ainda não tem o amparo da legislação federal – sempre vem esse discurso. Eu entendo, Celeste, que a gente poderia ter coragem de criar uma lei que coibisse qualquer forma de homo, lésbi e transfobia nesta Cidade, em quaisquer espaços e quaisquer situações, reservados os direitos à livre manifestação das pessoas e às suas identidades. Obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Maria Celeste): Acolhida, com certeza, a sugestão, e penso que, se não conseguirmos aprovar a Frente, nós temos que criar uma comissão que possa subsidiar e nos dar os parâmetros de todos esses projetos. Acho isso bem interessante.

A SRA. CLAUDIA PENALVO: Tem uma outra coisa que eu acabei esquecendo. A Jimena falou no SPE, e nós, em Porto Alegre, não conseguimos instituir o SPE, apesar de todo o esforço – não é, Ângela? O SPE, por um tempo, foi capitaneado pela SMED e pelas ONGs que estavam lá naquele espaço, mas nós não o constituímos, não conseguimos, porque a Secretaria de Saúde não quis participar e disse que já fazia esse trabalho, e nós sabemos que ela não faz; não que o SPE seja a oitava maravilha do mundo, mas pelo menos é um início, é um espaço em que se pode trabalhar certas

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

questões, o que facilita muita coisa. Então, talvez se possa, nessa linha que tu estás propondo... Em alguns municípios eu sei que o SPE é instituído via legislação, quem sabe seja uma saída para que isso realmente se efetive, que se possa trabalhar com a gurizada e com as próprias professoras. SPE é um projeto e significa Saúde e Prevenção nas Escolas.

A SRA. ÂNGELA CARDOSO: Estou representando a SMED, não sou da SMED. Isso que a Claudia está colocando é uma coisa bem séria. Este final de semana, na Conferência da Mulher, eu fiquei na Comissão de Saúde e trouxe uma das questões que nós mais nos debatíamos, quando nós trabalhávamos junto, que é a relação que tem o posto de Saúde com a comunidade, principalmente com meninos e meninas, na distribuição, por exemplo, do preservativo. A Claudia também trabalha em escola, eu estou também próxima lá, e ainda continua essa relação. Então, Porto Alegre não tem, à frente da Secretaria, como distribuir para a população e ainda os meninos e meninas são questionados por que estão pegando um, dois, três, quatro preservativos, ou sejam lá quantos forem. Passei por isso há duas ou três semanas na escola.

Eu acho muito importante que se tenha uma legislação – não sei se é legislação -, mas acho que está na hora, por exemplo, dessas questões serem postas para a rua para o povo saber também. Não adianta ficar só nas Secretarias – temos dificuldades lá na minha Secretaria, na outra Secretaria –, as coisas têm de vir à tona, pois já não é mais suportável nós convivermos com determinadas questões que são de política pública e de direito das pessoas.

A SRA. PRESIDENTE (Maria Celeste): Muito obrigada. Então, passo para as considerações finais da nossa Mesa. A Sra. Ana Naiara Malavolta está com a palavra.

A SRA. ANA NAIARA MALAVOLTA: Só, inicialmente, queria colocar sobre esta questão das iniciativas de lei que a Rose apresentou. Nós encaminhamos para a Presidência da Câmara, para a Sofia, a iniciativa que existe em São Paulo, uma Lei, desde 2004, que, para nós, tem uma redação muito interessante, que trabalha com todas as formas de preconceito, de homofobia, que achamos que pode servir como balizadora para fazermos

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

um trabalho aqui. Até fazíamos isto na discussão sobre o quanto é limitado o art. 150 da Lei Orgânica, no sentido de que precisávamos começar a fazer um Projeto de Lei, que, para mim, na visão da Liga, tem de ser além da questão municipal, talvez um projeto de lei estadual, mais articulado através das Bancadas.

Para finalizar, quero dizer que a Liga Brasileira de Lésbicas fica muito feliz em ver que existem pessoas com a disposição de fazer o debate franco, direto desse tema, ainda que até às 22 horas, numa quinta-feira, e que não nos importamos em fazer este debate com um número pequeno de pessoas, porque sabemos que as pessoas que estão aqui são as que se movimentam, e, ao se movimentarem, movimentam a roda que muda o mundo. Então, somos nós que temos a responsabilidade de fazer isso. Portanto, agradeço de coração, em nome da Liga, a cada uma das pessoas presentes; agradeço muito à Professora Jimena, pela disponibilidade de vir de lá e preencher a sua agenda com dois dias intensos de trabalhos, que começaram hoje, mas que só acabarão amanhã à noite. Nós aproveitamos todos os minutos da sua presença, sabendo que ela consegue tratar de cada tema no seu espaço, ocupando esse espaço de forma privilegiada.

Reforço novamente o convite para que estejam com a gente durante o final da jornada, e, em especial, na segunda-feira; e estendo o convite à Ver.^a Maria Celeste, com quem tivemos um relacionamento muito bom, e não foi à toa que a Frente da GLBT foi criada quando ela ainda era a Presidente desta Casa.

Então, estejam com a gente no Centro de Porto Alegre, e este convite é extensivo a todos os demais, porque, neste momento, como a Rose já colocou, sabemos que estaremos colocando a nossa integridade física em risco, num espaço que é trânsito de uma população que não está preparada para nos receber, mas que terá que se preparar, porque o Movimento Feminista reafirma a sua intenção de estar permanentemente nas ruas, fazendo o debate com quem não quer nos ouvir.

Voltaremos, segunda-feira, para fazer isso nesta Casa, e estaremos no Largo Glênio Peres para fazermos o debate com o resto da população. Obrigada.

A SRA. JIMENA FURLANI: Eu quero agradecer à Liga Brasileira de Lésbicas do Rio Grande do Sul, que me fez o convite, não só o convite, mas toda a estrutura, com o apoio que teve dos outros grupos, o Somos, o pessoal que está organizando a Conferência, e

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

agradecer ao apoio dado pelo Câmara de Vereadores, em relação à logística, que me trouxe até aqui.

Eu queria dizer que, quando a gente sente na pele, na alma, a violência de gênero e de sexualidade, a gente tem mesmo essa sensação de que, se as pessoas não podem ser educadas, que para elas sirva, então, a prisão, porque a gente sabe que a prisão é a única coisa que vai fazer com que elas não nos atinjam.

Como sou educadora, e a minha existência, a minha vida, é acreditar que as pessoas podem mudar, que as pessoas podem ser reeducadas, eu aposto sempre que a gente não precisa chegar no último ponto, ao último extremo, que as pessoas possam mudar. O problema é que existem pessoas que não se dispõem a ouvir. Elas sabem que elas podem mudar o modo de pensar, e elas são, portanto, orientadas para que não ouçam, para que saiam.

Eu já estive dando cursos em Criciúma com 700 pessoas no auditório, e eu disse, no início: “Eu vou falar de todos os discursos acerca da sexualidade: sociológico, político, o jurídico, da antropologia, da medicina, da arqueologia, e, por último, eu vou falar do discurso religioso”. Nesse momento, 18 professoras, mulheres, levantaram e saíram da sala, e eu já havia dito no começo: “Só escutem, fiquem e escutem”. As professoras todas eram evangélicas. Elas eram, elas disseram que estavam saindo, porque a orientação era para que elas não ouvissem.

Então, o que eu quero dizer é que, por essas e por alguns depoimentos que vocês falaram e que eu aprendi muito aqui, há momentos em que a gente desanima muito, a gente desanima mesmo, e por isso a gente tem a sensação de que dá três passos para trás ou regride. Mas não. A sociedade de hoje é muito diferente da de quando eu fui aluna no primário, de quando eu era criança, quando eu fui adolescente. É muito diferente. Então, vamos nos permitir, de vez em quando, desanimar. Eu, de vez em quando, eu fico meio desanimada: “Não é possível!” Mas não desistam. Eu não desisto, eu não desisto nunca.

Quero, então, novamente agradecer, porque acompanho o movimento LGBT de Porto Alegre há anos. Estive aqui e, inclusive, numa parada da diversidade que fez um tributo à Cássia Eller, eu toquei contrabaixo junto com a Sandra Reis, tenho fotos do palco e tudo, lá no Parque da Redenção, Tributo à Cássia Eller; bem legal.

Pauta: Debater sobre diversidade e violência e a necessidade do enfrentamento à lesbofobia, transfobia e homofobia.

Fiquei muito lisonjeada com o convite, por isso que prontamente aceitei, e acho que a gente tem que continuar fazendo essas trocas. Eu aprendo muito quando eu venho aqui. Eu acho que a gente tem ideias a compartilhar. Pena que talvez as pessoas que mais precisassem estar aqui não estão, mas pelo menos a gente se encoraja, a gente se fortalece, e isso é importante. E vamos continuar apostando na educação, apostando nas políticas públicas, apostando na aprovação de leis, porque, se a gente não conseguir impedir que as pessoas sejam preconceituosas, mas constranger as pessoas quanto à violência, à agressão. Então, que a lei não faça com que ele me ame, mas evite que ele me linche. Acho que essa é uma ideia boa para a gente pensar. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Maria Celeste): Muito obrigada, professora Jimena Furlani. É uma alegria muito grande recebê-la nesta noite, um alento para as nossas vidas e nossas almas. De fato, a luta é essa mesma, cada dia tem que ser vivido e cada dia tem que ser conquistado.

Quero passar às suas mãos, a Ver.^a Sofia Cavedon me pediu, duas coletâneas da nossa legislação municipal, uma relativa aos direitos da criança e do adolescente, e outra aos direitos da pessoa com deficiência, coletânea das nossas leis construídas durante toda a história da Câmara. (Procede à entrega da coletânea.) É uma lembrança.

Agradeço também a participação, a resistência – acho que é isso mesmo, nós somos resistentes desta luta tão importante para a cidadania. Obrigada pela presença, e até o próximo encontro. (Palmas.)

(Encerra-se a reunião às 22h04min.)